



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL  
CURSO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO CIÊNCIAS SOCIAIS E  
HUMANAS LICENCIATURA.**

**LEANDRO BISSOLOTI BARBOSA**

**A TRANSIÇÃO DA ESCOLA ITINERANTE CONSTRUTORES DO FUTURO PARA  
COLÉGIO ESTADUAL E ESCOLA MUNICIPAL E A PARTICIPAÇÃO DA  
COMUNIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR - ASSENTAMENTO EGÍDIO  
BRUNETTO - PR**

**LARANJEIRAS DO SUL - PR**

**2017**

**LEANDRO BISSOLOTI BARBOSA**

**A TRANSIÇÃO DA ESCOLA ITINERANTE CONSTRUTORES DO FUTURO PARA  
COLÉGIO ESTADUAL E ESCOLA MUNICIPAL E A PARTICIPAÇÃO DA  
COMUNIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR - ASSENTAMENTO EGÍDIO  
BRUNETTO – PR**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo.

Orientador (a): Prof<sup>a</sup> Me. Ana Cristina Hammel

**LARANJEIRAS DO SUL- PR**

**2017**

**PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas**

Barbosa, Leandro Bissoloti  
A TRANSIÇÃO DA ESCOLA ITINERANTE CONSTRUTORES DO  
FUTURO PARA COLÉGIO ESTADUAL E ESCOLA MUNICIPAL E A  
PARTICIPÇÃO DA COMUNIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR -  
ASSENTAMENTO EGÍDIO BRUNETTO - PR/ Leandro Bissoloti  
Barbosa. -- 2017.  
75 f.:11.

Orientadora: Ana Cristina Hammel.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
interdisciplinar em Educação do Campo Ciências Sociais e  
Humanas-licenciatura , Laranjeiras do Sul, PR, 2017.

1. Escola Itinerante. 2. Comunidade. 3. Transição. 4.  
Assentamento. I. Hammel, Ana Cristina, orient. II.  
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.



LEANDRO BISSOLOTI BARBOSA

**A TRANSIÇÃO DA ESCOLA ITINERANTE CONSTRUTORES DO FUTURO PARA  
COLÉGIO ESTADUAL E ESCOLA MUNICIPAL E A PARTICIPAÇÃO DA  
COMUNIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR - ASSENTAMENTO EGÍDIO  
BRUNETTO - PR**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul - *Campus* Laranjeiras do Sul.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Ma. Ana Cristina Hammel

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:  
25 / 11 / 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof.<sup>a</sup> Ma. Ana Cristina Hammel

Prof. Dr. Marcos Gehrke

Prof. Dr. Roberto Antônio Finatto

Dedico este trabalho aos meus pais Divino Anacleto Barbosa e Cleonice Bissoloti Barbosa pelo esforço, e comprometimento e incentivo que me proporcionaram em minha vida pessoal, aos meus irmãos Rosana Bissoloti e Emersom Bissoloti que sempre incentivam a dar continuidade aos meus estudos.

Assim dedico às famílias do Assentamento Egidio Brunetto que de uma forma direta ou indireta contribuíram para que conseguisse dar mais esse passo, e assim retribuir da melhor forma possível a oportunidade que me confiaram.

Agradeço com muita gratidão especialmente a minha orientadora, por contribuir com mais essa fase de minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por essa conquista.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por essa imensa oportunidade, através das lutas de massas, que na maioria das vezes não possuem sequer o Ensino Fundamental, mas que almejam uma sociedade diferente.

Aos docentes do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do Sul PR, pela dedicação e comprometimento na construção desse processo formativo para educadores para atuarem além da sala de aula, contribuindo com as comunidades nas quais cada sujeito está inserido.

Agradeço também aos companheiros e companheiras da turma, sejam sujeitos dos movimentos sociais, pequenos agricultores, do perímetro urbano, e também aos colegas de turma indígenas, pela convivência e aprendizado que construímos, destacando relação de afeto, amizade e respeitando assim a cultura de cada sujeito.

Aos companheiros (as) José André de Lima, Dalvina Maciel, Pompéia Carvalho, Simone Solange Ferreira Riepe, Adriana Nascimento Pereira, que contribuíram sem medir esforços nesse processo de pesquisa.

Não poderia deixar de agradecer ao companheiro Ireno Prochnow, pela sua insistência que se somou e contribuiu grandemente com minha formação.

A professora Ana Cristina Hammel, minha orientadora, pessoa comprometida com a luta daqueles que possuem um projeto de educação para a classe trabalhadora, e que me incentivou e ajudou a conduzir essa pesquisa através de suas orientações e sua bagagem de conhecimento que adquiriu ao longo do tempo entre teoria e prática, e aos professores Marcos Gehrke e Roberto Antonio Finatto pelas suas contribuições na banca de qualificação e defesa.

## RESUMO

Analisa o processo de transição da Escola Itinerante Construtores do Futuro para Escola Municipal do Campo Construtores do Futuro e Colégio Estadual do Campo 1º de Setembro e a participação da comunidade no processo de municipalização e estadualização da escola localizada do município de Rio Branco do Ivaí, região Centro Norte do Estado do Paraná. Inserção e contribuição na comunidade e na Escola Itinerante como educador e hoje assentado. Nessa conjuntura emergiu o interesse de entender a partir dessa pesquisa como a comunidade participou das discussões para o início da Escola Itinerante (EI) no acampamento e também como a comunidade contribuiu nas discussões para a transição da escola em municipal e colégio estadual. Foram realizadas entrevistas com pessoas que participaram da formação do acampamento e da escola, como dirigente do MST, direções locais, responsáveis pelos educandos, educadores (as) que participaram desse momento histórico. O trajeto da pesquisa aborda uma contextualização do Acampamento 1º de Setembro, a criação da Escola Itinerante e como a comunidade participou nessa fase, em seguida busca-se entender após a conquista da área para fins da Reforma Agrária, a necessidade da comunidade pensar esse processo do Estado criar a Escola/Colégio e esse momento de transição de que escola desejamos para os camponeses que atenda os “Princípios da Educação no MST”, que dessa maneira seja um ambiente que formem sujeitos construtores do futuro, contribuindo para uma sociedade que se difere da imposta pelo sistema capitalista. Com a pesquisa verificou se que a Escola/Colégio deve articular e criar mecanismos para fazer resgate das discussões que envolvem a comunidade, para que a escola seja um espaço democrático capaz de incidir na construção outras relações humanas.

Palavras-Chave: Escola Itinerante. Assentamento. Comunidade. Transição.

## **ABSTRACT**

It analyzes the transition process of the Itinerant School Builders of the Future for the Municipal School of the Field Builders of the Future and the State College of the 1st Field of September and the participation of the community in the process of municipalization and staging of the school located in the municipality of Rio Branco do Ivaí, Central region of the State of Paraná. Insertion and contribution in the community and in the Itinerant School as educator and today settled. At this juncture emerged the interest to understand from this research how the community participated in the discussions for the beginning of the Itinerant School in the camp and also how the community contributed in the discussions for the transition from school to municipal and state college. Interviews were conducted with people who participated in the formation of the camp and the school, with a leader of the MST, local leaders, responsible for the students and educators who participated in this historical moment. The course of the research deals with a contextualisation of the Campamento 1 ° September, the creation of the Itinerant School and how the community participated in that phase, afterwards it is sought to understand after the conquest of the area for the purpose of Agrarian Reform, the community need to think this process of the State to create the School / College and that moment of transition that school we want for the peasants that meets the "Principles of Education in the MST", that in this way is an environment that form constructive subjects of the future, contributing to a society that differs imposed by the capitalist system. With the research, it was verified that the School / College should articulate and create mechanisms to rescue the discussions that involve the community, so that the school is a democratic space capable of influencing the construction of other human relations.

Keywords: Itinerant School. Settlement. Community. Transition.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Quadro 01- Funções desempenhadas pelos entrevistados.....	16
Imagem 01- Localização de Rio Branco do Ivaí PR.....	19
Imagem 02- Acampamento 1° de Setembro.....	21
Quadro 02-Educadoras da EI Construtores do Futuro no ano de 2008.....	31
Imagem 03-. Estruturas da Escola Itinerante Construtores do Futuro.....	31
Imagem 04 - Comunidade em mutirão fazendo pisos brutos nas salas.....	32
Imagem-05 Inauguração do Assentamento Egidio Brunetto 28/06/2013.....	35
Imagem 06-Festa do sorteio das parcelas de terra (lotes).....	36
Imagem 07 Comunidade do Assentamento em ocupação da Prefeitura do Município de Rio Branco.....	46
Imagem 08- Comunidade do assentamento recebida com repressão do Estado.....	47
Imagem 09- Educandos da EI Construtores do Futuro em aula no momento da ocupação da prefeitura.....	48
Imagem 10- Pauta construída coletivamente pelos assentados e entregue ao prefeito municipal.....	49

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 OBJETIVO GERAL.....	15
1.2 OBJETIVO ESPECÍFICOS.....	15
1.3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	15
2 A LUTA PELA TERRA E PELA ESCOLA NO ACAMPAMENTO 1° DE SETEMBRO	18
2.1 A FORMAÇÃO DO ACAMPAMENTO E A CONQUISTA DA ESCOLA ITINERANTE CONSTRUTORES DO FUTURO	18
2.2 A LUTA PELA ESCOLA NO ACAMPAMENTO E A ESCOLA ITINERANTE CONSTRUTORES DO FUTURO NO ACAMPAMENTO 1° DE SETEMBRO.	25
2.3 A ESCOLA ITINERANTE CONSTRUTORES DO FUTURO	28
3 DO ACAMPAMENTO AO ASSENTAMENTO: A TRANSIÇÃO DA ESCOLA ITINERANTE CONSTRUTORES DO FUTURO PARA ESCOLA MUNICIPAL E COLÉGIO ESTADUAL	38
3.1 O QUE SIGNIFICA TRANSIÇÃO DO PROCESSO ESCOLAR	38
3.2 A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO	43
3.3 O MARCO LEGAL E O MARCO PEDAGÓGICO: o que muda?	51
4 A CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA CONSTRUTORES DO FUTURO/COLÉGIO 1° DE SETEMBRO NA LUTA DOS TRABALHADORES DO CAMPO	57
4.1 FORMAR CONSTRUTORES DO FUTURO- PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS DO MST.....	57
4.2 A ESCOLA COMO ESPAÇO CULTURAL DO ASSENTAMENTO E AS PARTICIPAÇÕES NAS LUTAS	63
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	70
APÊNDICE A- ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA AS ENTREVISTAS	73
APÊNDICE B - ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA AS ENTREVISTAS	75

## 1 INTRODUÇÃO

O acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é fruto de um processo de luta de pessoas que por vários fatores foram excluídas e marginalizadas pelo sistema econômico vigente. Marx e Engels (1998) relatam este processo de organização a partir da própria exclusão dos trabalhadores, o que constitui e denominam de luta de classe. No Manifesto do Partido Comunista (1998) expõem:

O homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor e servo mestre corporação e oficial, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada, uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das suas classes em luta. (MARX e ENGELS, 1998, p.7).

O sistema capitalista carrega em sua gênese a exploração total “do homem sobre homem”, assentado na desigualdade de oportunidades e da exclusão social, criando guetos de pobreza e de resistência. O MST tem denunciado este processo e propondo novos modelos de produção tanto no campo, e no meio urbano, como descrito no seu Programa Agrário,

Esse modelo de produção resultou numa matriz tecnológica de produção universalizada a partir da década de 1990, com aplicação da biotecnologia (em particular a transgenia), da informática e das técnicas de irrigação, tudo controlada pelas empresas privadas transnacionais. (MST, 2013, p.08).

Este sistema que prevê a apropriação privada das terras, como mercadoria e como acumulação de capital é pautado na produção em larga escala de commodities. A concentração de terras é endêmica no país, nestas extensas áreas é utilizado o trabalho mecanizado, para assim aumentar sua produção e gerar cada vez mais lucros, deixando, por outro lado, uma massa de desempregados no campo. Isso tem gerado conflitos de classes, entre “oprimido e o opressor”, assentando as desigualdades e os problemas sociais existentes na atualidade.

Com a concentração de terras os camponeses foram expulsos do campo para as grandes cidades em busca de melhores condições de vida, nestes locais a população se depara com um índice elevado de desigualdade social, portanto a regra do sistema capitalista sempre foi “muito nas mãos de poucos e pouco nas

mãos de muitos”. A falsa ideologia propagada pelos veículos de comunicação de massas, onde a cidade é local de avanço e o campo será sempre um lugar de atraso para quem nele vive, cria uma imagem que expressa a superioridade de um espaço em relação ao outro, o que contribui para imigração para as grandes metrópoles do país. Essa ideologia está também nos meios educacionais e responde a interesses individuais.

Nesse sentido, essa forma de pensar está vinculada a um modelo desenvolvimentista, que considera o trabalho e a vida no campo como processos atrasados, subdesenvolvidos e sem perspectivas. Há também uma negação de políticas públicas voltadas aos trabalhadores do campo, falta de acesso a estradas, escolas, saúde, financiamentos e créditos, essa negação de direitos tem feito estes sujeitos deixem seus lugares de origem em busca de melhores condições de vida. As poucas políticas existentes estão permeadas por tanta burocracia e empecilhos colocados para que o camponês não consiga acessá-las, para muitos acaba sobrando apenas os acampamentos,

Os acampamentos são espaços e tempo de transição na luta pela terra é por seguintes realidades em transformação, uma forma de materialização da organização dos sem-terra, trazendo em si os principais elementos organizacionais do movimento. Os acampamentos são, predominantemente, resultado de ocupações. Assim sendo, demarcam nos latifúndios e nos territórios do agronegócio os primeiros momentos do processo de territorialização. (FERNANDES, 2012, p.21).

O acampamento é um território de transformação constante, de difíceis condições, de vivência coletiva e de formação humana. Ele tem ensinado que os processos coletivos, de luta e resistência, são fundamentais para construir outra sociedade. Cada acampado é inserido em diversos processos que podem alterar seu modo de vida, seja ele no âmbito individual ou coletivo, pois cada pessoa comporta-se de tal forma, quando o mesmo se desloca para um acampamento seja ele dentro de uma área já ocupada ou em uma beira de BR (Brasil Rodovias), a organização possui princípios conduzidos coletivamente, desse modo para que cada sujeito possa ir se enquadrando nas normas e regras de convivência coletiva e individual.

O acampamento se constitui assim em um espaço de aprendizado, desde o processo da lona preta e o sofrimento físico e psicológico que cada sujeito passa dentro do espaço em que está inserido, a preocupação emocional, e as

inseguranças: Conseguirei meu pão de cada dia? Temos risco de reintegração de posse? Que forma ela será feita, pelo Estado? Com a utilização de bases militares? Pela milícia armada? Pelos jagunços? Por outro lado, o acampamento se configura como espaço de vivência coletiva visando a luta por um fim comum que é o espaço da terra para produzir-se enquanto sujeito camponês.

Dentre os problemas enfrentados no acampamento elencamos as privações de necessidades básicas, como a água, os alimentos, a moradia adequada, que propiciam exercitar e cultivar princípios como solidariedade e o trabalho coletivo. No acampamento há espaços para as crianças, os jovens, os adultos e os idosos respeitando a condição para cada tempo da vida.

O MST foi criado em 1984, no município de Cascavel Estado Paraná, como descrito por Fernandes (2012),

O I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aconteceu entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1984, em Cascavel (PR), e considera-se o dia 21 de janeiro como data oficial de fundação do MST. Todavia, sua gênese teve um período de gestação que começou nos últimos anos de 1970, com lutas por terra nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. (FERNANDES, 2012, p. 498).

Neste momento em que estava se finalizando mais um ciclo que o Brasil passava período de tensão, manifestos, mobilizações, a Ditadura Militar estava em decadência e iniciava o processo de democratização do país. Entretanto seus resquícios deixados foram evidentes, sua lógica era a industrialização nas cidades e a mecanização do campo, com a Revolução Verde se ampliando de maneira significativa na produção agrícola, alterando a vida dos camponeses e aos poucos fazendo com que esse camponês se integrasse à lógica imposta, a partir dessa lógica veio a provocar seus males como o êxodo rural, deixando o campo livre para constituição de extensos latifúndios, que ocasionaram várias transformações no campo, conforme Pereira (2012),

[...] Essas transformações resultaram em êxodo rural, dependência da agricultura em relação à indústria e às corporações, dependência do agricultor da ciência e da indústria, desterritorialização dos camponeses, invasão cultural e contaminação do ser humano e do ambiente como um todo. A Revolução Verde Contribuiu para marginalizar grande parte da população rural. (PEREIRA, p. 688, 2012).

O MST desde sua fundação vem construindo princípios organizativos que sustentam a luta e constroem elementos no sentido da transformação social. Em seus 33 anos de existência seu principal objetivo tem sido construir uma sociedade diferenciada, sendo assim, um pilar central é a questão educacional que envolve todos educandos<sup>1</sup>, educadores<sup>2</sup> e comunidade, portanto os sujeitos envolvidos nos conflitos agrários têm, em sua ampla maioria este direito negado pelo sistema capitalista. A questão educacional ganha uma qualificada preocupação, desde a necessidade da educação nessas áreas de conflitos, mas também de ser o acampamento e o futuro assentamento um ambiente educador, capaz de ensinar a escrita, as contas e os fundamentos de uma sociedade melhor, que contribua para que os Sem-Terra<sup>3</sup> possam compreender o passado, o presente e projetar outro futuro.

Com isso, o MST também se constitui como uma unidade formação de luta, Caldart (2012, p. 341) afirma que “[...] sentimento de indignação, diante das injustiças da sociedade, não é inerente a condição do oprimido, mas é um aprendizado a ser construído, sendo a luta social um ambiente bastante fecundo para que ela se produza [...]”. Na trajetória da formação dos Sem Terra esse é um aprendizado produzido pela intencionalidade do MST, a combinação de sentimento, indignação e luta para assim, pouco a pouco constituir a formação necessária ao longo do tempo.

A partir das questões suscitados acima, propus-me a pesquisar os processos educacionais do acampamento até o assentamento, sobretudo a constituição da escola dentro desta área. A percepção do protagonismo da comunidade para conquista do espaço e na gestão coletiva da escola chama a atenção no período do acampamento, fato que muda com a conquista da terra. Assim, buscou-se refletir a sobre as seguintes questões: em que medida ainda é possível a atuação da comunidade com a consolidação do assentamento? O que potencializa ou inibe a

---

<sup>1</sup>A utilizar o termo Educando (as) nos referimos às crianças jovens, adolescentes, e adultos que compõem a comunidade escolar [...]. (PPP Colégio Estadual Iraci Salete Strozak, 2013, p.10).

<sup>2</sup>Quando utilizamos o termo Educador (a) consideramos que é um sujeito que está para além de ensinar conteúdos dos currículos, educador busca uma integração juntamente com o educando, trazendo elementos que unem entre a família e sociedade.

<sup>3</sup>Expressão ou termo dado a um sujeito trabalhador rural que não possui um território (espaço) de terra legalizado de acordo com as Leis de cada país, sujeito que ficou sem um espaço próprio para desenvolver atividades rurais por esse motivo demandam terra (arrendatários, meeiros, parceiros, posseiros, etc.), por esse fato são chamado de sem terra.

atuação da comunidade escolar? Qual a dimensão que atinge a educação após a conquista?

Deste modo, surgem várias indagações com a conquista da terra. Meu envolvimento com a educação no acampamento está posto pela inserção na Escola Itinerante<sup>4</sup>, como assistente administrativo em 2013/2014, da Educação de Jovens e Adultos em 2014 e educador dos anos iniciais em 2015.

Porém, minha inserção na comunidade ocorreu após constituição inicial do acampamento em 2011. Com a conquista da terra em 2014 fui notando o afastamento da comunidade da escola, assim estão colocados como objetivos centrais da pesquisa,

### 1.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a transição da Escola Itinerante para Escola Municipal do Campo Construtores do Futuro e Colégio Estadual 1º de Setembro e a participação da comunidade neste processo.

### 1.2 OBJETIVO ESPECÍFICOS

Analisar o processo de ocupação da antiga fazenda Mestiça, a discussão para o início da Escola Itinerante e como a comunidade contribuiu para sua constituição.

Compreender a participação da comunidade na escola/colégio do assentamento Egidio Brunetto Rio Branco do Ivaí-PR, e o processo transitório da escola Itinerante Construtores do Futuro e a municipalização e estadualização que ocorreu.

Discutir a participação da escola nas mobilizações organizadas pelo acampamento/assentamento.

### 1.3 METODOLOGIA DA PESQUISA

---

<sup>4</sup>Escola Itinerante é a nomenclatura dada às escolas dos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a itinerância é o fato de a escola deslocar a luta pela terra, seja ela pelo fato de um despejo, ou mudança de acampamento a escola itinerante assegura o acesso à educação de crianças, jovens e adultos nesses espaços.

Para desenvolver a pesquisa seguimos a metodologia de natureza qualitativa a partir dos seguintes instrumentos: revisão bibliográfica, anotações próprias e entrevistas com 05 pessoas entre elas dirigente do MST, com as direções locais, os responsáveis de educandos e educadoras da escola.

Quadro1-Funções desempenhadas pelos entrevistados (as) no acampamento e assentamento

<b>Entrevistado (a)</b>	<b>Funções desempenhadas pelos entrevistados (as) no acampamento/ assentamento.</b>
Ireno Prochnow	Dirigente do acampamento/ assentamento.
Pompeia Carvalho	Coordenadora Pedagógica da Escola Itinerante.
Dalvina Maciel	Uma das primeiras educadoras da Escola Itinerante, coordenação do acampamento/assentamento.
José André de Lima	Dirigente do acampamento/ assentamento, pai de educando.
Adriana Nascimento Pereira	Mãe de educando.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Todos os entrevistados acompanharam o processo de transição do acampamento e da escola. Com as entrevistas procuramos esclarecer as fases que o acampamento perpassou desde a ocupação e as questões relevantes sobre a construção da educação para os camponeses. Através das entrevistas foi possível analisar como foram e constituindo as relações sociais existentes no decorrer do processo histórico.

A pesquisa está sistematizada em cinco partes: (1) Introdução, (2) o segundo capítulo intitulado “A luta pela terra e a luta pela Escola no acampamento 1° de Setembro”, que retrata o histórico do acampamento desde sua ocupação e a preocupação com a questão educacional com educandos em idade escolar e também com os jovens e adultos que não tiveram acesso à escolarização na idade correta.

No terceiro capítulo (3) será abordado o processo de transição do assentamento e da Escola Itinerante Construtores do Futuro e Colégio Estadual do Campo 1° de Setembro. Esse capítulo fará uma análise do que significa o processo de transição que uma escola passa, como a comunidade pode influenciar nesse processo de transição e como, após essas mudanças, está a questão pedagógica da escola/colégio.

O quarto capítulo (4) tem como título “A contribuição da Escola Construtores do Futuro/Colégio 1° de Setembro na luta dos trabalhadores do Campo, e trata como a escola contribuirá para formação de sujeitos Construtores do futuro, e a preocupação que a escola e as pessoas nela inserida devem possuir em relação à aprendizagem dos educandos, fazendo assim que o ambiente escolar vá além do que está na obrigatoriedade do Estado, que torne a escola como um espaço cultural do assentamento.

As considerações finais apresentam os elementos de como devemos ir construindo os processos e educação diferenciada, após a transição da escola e como assegurar a participação da comunidade no ambiente escolar.

## **2 A LUTA PELA TERRA E PELA ESCOLA NO ACAMPAMENTO 1°DE SETEMBRO**

Esse capítulo traz o processo que vai da ocupação do latifúndio ao assentamento das famílias, também materializa a preocupação e necessidade das famílias com a educação dos seus filhos em idade escolar, a partir das discussões da comunidade a criação da Escola Itinerante Construtores do Futuro, perpassa, portanto as discussões dos princípios educativos dentro do MST e da própria comunidade.

## 2.1 A FORMAÇÃO DO ACAMPAMENTO E A CONQUISTA DA ESCOLA ITINERANTE CONSTRUTORES DO FUTURO

O acampamento que mais tarde se denominaria 1º de Setembro foi iniciado nas margens da rodovia BR 466, no município de Manoel Ribas, região Centro do Estado do Paraná, no ano de 2007, sendo organizada a partir dos princípios do MST. Nesta fase inicial, o acampamento contava com cerca de 120 famílias de municípios dessa mesma região, como de Cândido de Abreu, Manoel Ribas, Ariranha do Ivaí, Ivaiporã, Pitanga e Santa Maria do Oeste. Como se percebe na fala de um dirigente que esteve presente no acampamento e fez seu relato sobre as famílias que estavam nas margens da BR, em discussões destas pessoas avaliou-se a necessidade de uma área para ocupação, pois as condições do acampamento estavam ficando insustentáveis,

Para colocar aquele povo que estava na beira da estrada, objetivo de formar um acampamento na beira da estrada e juntar famílias para fazer ocupação, e assim como tinha família suficiente para fazer uma ocupação foi ocupado à fazenda aqui no intuito de fazer o assentamento para assentar essas famílias que estavam na beira da estrada que não tinham pra onde ir, precisava de um pedaço de terra para trabalhar e viver (LIMA, 2017).

A decisão da formação do acampamento passa por muitas discussões acerca da ocupação, da área até o conjunto de sem-terra que necessitam da terra. Para iniciar os trâmites de uma ocupação de uma determinada área, são formados os acampamentos, que normalmente são às margens da BR. No primeiro momento são realizadas assembleias para discutir a ocupação da área escolhida. No caso estudado, a área se localizava no município de Rio Branco do Ivaí, no estado do Paraná, município com grandes concentrações de terras pelos latifundiários e empresas, como a empresa Klabin que utiliza do território para a monocultura de pinus e eucalipto para produção de celulose. Terras ao invés de ser destinada a

produção de alimentos são utilizadas para produção de commodities agrícolas<sup>5</sup> para exportações gerando assim problemas ambientais na região. Dentre esses latifúndios a escolha foi pela área denominada de fazenda Mestiça, com cerca de 2.877 hectares terra de nível alto de fertilidade do solo, sendo cultivada a monocultura de soja em uma parte da área e na outra parte dedicava-se a agropecuária de bovinos para corte e leite.

Imagem 01. Localização do município de Rio Branco do Ivaí no Estado do Paraná



**Fonte:** Wikipédia, (2017).

No dia 31 de agosto de 2007 as famílias, com espírito de luta e sonhos e objetivos a serem conquistados, começam a preparar os comboios para a ocupação, de acordo com Prochonow (2017),

Para a ocupação juntou famílias de vários municípios do Estado, 120 famílias, vieram mais integrantes para se ajuntar a ocupação dos municípios de Quinta do Sol com 300 famílias, 100 famílias de Mamborê, e 250 famílias do município de Iretama, somando cerca de 800 famílias que decidiram lutar pelo seu pedaço de chão. Outros reforços de assentamentos de várias partes do Estado assim foram feito a ocupação com cerca de 2.000 mil pessoas.(PROCHONOW, 2017).

A ocupação se deu nas primeiras horas do dia 1º de Setembro de 2007, foi pacífico, sem violência e sem a repressão do Estado, o acampamento foi chamado de 1º de setembro, considerando a data da ocupação do latifúndio, as pessoas consideraram que este dia marcou o início de um sonho que se estabelecia naquele momento.

<sup>5</sup> O termo commodities agrícolas engloba produtos originários de atividades agropecuárias, vendidos em quantidade consideráveis, no mercado internacional, em sua forma natural ou após passarem por processamento necessário à sua comercialização. (DELGADO, 2012, p. 136).

Quando eu e os companheiros pisamos nessa terra nós já conversou que era aqui que nos conseguiria um pedaço de terra, mas que também não seria tão fácil tínhamos isso em mente, que com a ocupação era o primeiro passo, de muitos que estavam por vim, mas que não seria fácil fazer o enfrentamento até a conquista. (MACIEL, 2017).

Assim, constitui-se o acampamento com um grande espaço construído, com barracos de lona preta para as famílias morarem, com espaços organizados de assembleias e reuniões, com escolhas de pessoas gerirem coletivamente o acampamento. Segundo os princípios do MST, analisados por Caldart, (2012 p. 347) “[...] A expressão organização coletiva traz certa redundância: não há coletivo sem organização, e o processo organizativo geralmente visa à constituição de um coletivo [...]”. No referido acampamento foram sendo divididos os Núcleos de Base<sup>6</sup> com 10 famílias e com dois coordenadores para cada núcleo.

A cada cinco núcleos foram organizadas brigadas de 50 famílias e também retirados responsáveis pelas frentes de trabalho alimentação, disciplina, higiene, finança, produção e infraestrutura, frente de massa. Um princípio importante considerado e vivido neste processo foi a discussão de gênero, respeitando o direito a participação de um homem e uma mulher sem discriminação sendo todos com direitos iguais, o critério para escolha era a capacidade de organizar, discutir e encaminhar o que há de melhor para a coletividade.

Nesse período inicial, as guaritas eram tarefas estratégicas, que garantiam segurança, através do controle de entrada e saída de pessoas. Cada núcleo ficava responsável por 12 horas na guarita sendo divididos os horários de três em três horas por dupla de cadastrado no acampamento, sendo que cada acampamento do MST possui sua organização interna de acordo com a discussão de cada espaço de ocupação, essa dupla se responsabilizava dentro desse momento estipulado de guarita controlar o acesso de pessoas no interior do acampamento, no período noturno no horário das 23:00 às 2:00 da madrugada duas pessoas responsáveis pela disciplina no interior do acampamento faziam ronda no entorno do espaço para assim asseguram a tranquilidade e segurança. |

---

<sup>6</sup>Refere-se ao um dos princípios organizativos do MST, espaço para chegar às informações do acampamento por meio de um coordenador e uma coordenadora as 10 famílias que compõem cada Núcleo de Base.

Imagem - 02 Acampamento 1° de Setembro no ano de 2013



**Fonte:** INCRA (2013).

O MST constitui uma unidade formadora de consciência coletiva onde todos possam expressar sua opinião sem medo de retaliações, o acampamento se constitui em forma de discussão para o consenso que atenda a necessidade coletiva dos sem-terra.

Passado pouco mais de um mês da ocupação no início da manhã do dia 12 de outubro as famílias são pegadas de surpresa com a notícia que a Secretária de Segurança Pública do Estado do Paraná expediu a ordem de despejo contra o acampamento. O cenário muda, na entrada da fazenda muitos policiais militares apresentavam uma ordem do Estado para retirar as famílias a qualquer custo. Os acampados fizeram uma barreira para reprimir essa ação policial, o que ocasionou na retirada das tropas, após horas de negociação, o comandante deu ordem de recuarem e não conseguiram finalizar a reintegração de posse. Após esse momento houve uma grande comemoração como relatado pelo dirigente do acampamento,

Quando as famílias viram a polícia chegando ao mata burro, foram utilizados foguetes para todos ajudarem na barreira, dava para ver a tristeza nos olhos dos companheiros, um sonho de ter um pedaço de terra parecia que chegava ao fim, uns rezavam, outros oravam o medo era muito naquela hora, até que o comandante recebeu a ordem não sei de quem para saírem, aquele momento foi de muita alegria para as famílias (MACIEL, 2017).

Uma nova investida contra os trabalhadores acampados ocorreu no dia 19 de dezembro, do mesmo ano, neste dia houve outra tentativa de reintegração de posse,

neste momento, os depoimentos demonstram que as famílias já estavam se estabilizando, com as plantações em período de floração. Nesta reintegração foram movimentados cerca de 1000 policiais militares para reprimir os trabalhadores. Diante deste efetivo e da capacidade de resistência das famílias após negociações, as famílias optaram por sair, deixando para trás o projeto de vida, o sonho de conquistar a terra tornou-se distante e transformou-se em momentos de terror na vida daquelas famílias.

Com a saída das famílias, sem lugar para onde ir e se alojarem com seus familiares, foram deslocados para o acampamento Maila Sabrina no município de Ortigueira, com uma distância aproximada de 120 quilômetros, ali ficaram por um período cerca de 10 dias, tempo necessário para fazer as assembleias e discussões e decidir sobre a retomada da área. A Direção Estadual do MST<sup>7</sup> entendeu que a decisão de reocupar a área precipitada, visto que a fazenda Mestiça, área em disputa, sempre foi uma propriedade extremamente produtiva com produtos agrícolas e agropecuários, sem embargos ambientais, o que poderia dificultar as negociações entre o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a proprietária. Mesmo com essas ponderações as famílias agora em menor número decidiram retornar e ocupar novamente o latifúndio, no anoitecer do dia 31 de dezembro de 2007, e no amanhecer o dia 1º de janeiro de 2008 as famílias retornaram e reocuparam o latifúndio.

Após essa data se iniciam constantes mobilizações em busca de apoio da sociedade regional para que as famílias pudessem permanecer no latifúndio, e fazer ali a realização do seu projeto de vida, a conquista de um espaço onde pudessem viver com qualidade e dignidade, um sonho para além da terra, que envolve compreender novas técnicas de uma agricultura livre de agrotóxicos, sem ser explorado constantemente pelo fazendeiro. Como Caldart (2012, p. 362) expõe: “O MST não quer apenas lutar pela terra; quer fazer Reforma Agrária, quer alterar o modelo de desenvolvimento da agricultura e do campo como um todo; quer também formar novos seres humanos, sujeitos criativos da própria história”.

---

<sup>7</sup>São pessoas escolhidas que se destacam em pontos determinantes da articulação entre o acampamento e a direção estadual, sua função são discussões em âmbito mais aprofundado em relação aos rumos a se tomar em certas circunstâncias que vão aparecendo no decorrer de um percurso para ocupação/ resistência em uma determinada área, devem se posicionar para ajudar o coletivo a decidir e estabelecer um contato efetivo com os dirigentes estaduais no sentido de evitar que a situação chegue a níveis de confronto violento, com prejuízo para os acampados.

Sabemos que os acampamentos são um espaço provisório aonde as pessoas chegam e se vão, assim a mobilidade é constante, está mobilidade deve-se a vários fatores, alguns porque não se enquadram na forma de organização do acampamento, outros porque já estão submetidos intrinsecamente ao trabalho assalariado e não conseguem fazer essa resistência, portanto, chega um momento que retornam para grandes centros urbanos a fim de vender sua força de trabalho. Outro fator preponderante eram as constantes ameaças de despejo. O Acampamento 1° de Setembro passou momentos históricos de repressão constante do Estado, com investidas realizadas pela proprietária da área.

Com isso muitas famílias, por medo, decidiram se deslocar para outros espaços ou voltar para a cidade e buscar outra forma de sobrevivência. Em alguns momentos o acampamento contava-se em média apenas com 80 famílias, houve então a preocupação de massificar o acampamento pela fragilidade e a necessidade de resistência. Isso exigiu trabalho de base na região Centro e Norte do Estado do Paraná convidando pessoas para contribuir com a luta que se estabelecia. Esse processo resultou na vinda de várias famílias, após esse trabalho de massificação chegou-se a um total de 210 famílias acampadas, isso reanimou as esperanças da conquista do sonhado espaço para viver.

No município onde se localizava o acampamento 1° de Setembro, a população em geral não entendia a função que o movimento buscava cumprir ao assentar aquelas famílias. A relação era de estranhamento com a população local, na maioria das vezes os acampados sofriam preconceitos, pelo fato de estarem acampados e serem sem-terra. Aos poucos, o acampamento foi mostrando o processo de desenvolvimento, no ano de 2008 foi distribuída para a população de Rio Branco do Ivaí cerca de 50 sacas de feijão e 50 sacas de arroz beneficiado, essa ação foi no intuito de demonstrar para a população que as famílias que estavam ali queriam contribuir com o município, na sua economia e a produzir de alimentos, e não gerar commodities para exportação como a antiga proprietária gerava.

Neste processo de fazer debate com a sociedade e a proprietária da área, foram agendadas várias discussões e assembleias, a comunidade acampada aprovou várias lutas, foram feitas mobilizações, em frente outra propriedade de Maria Antonieta Junqueira, no município de Francisco Beltrão, sudoeste do Paraná, ela era também proprietária da fazenda Mestiça, em Rio Branco do Ivaí.

As famílias que se encontravam acampadas começaram a produzir seus alimentos para autoconsumo como mandioca, milho, feijão, batata-doce, arroz, verduras e o excedente dessa produção era vendido e retornado em bens que as famílias não produziam. Outra forma das famílias sobreviverem no acampamento era por meio da venda de leite in natura para laticínios da região, além do trabalho como boia-fria nas lavouras de café no distrito de Flórida do Ivaí no município vizinho de Grandes Rios.

No acampamento as famílias sempre passaram por necessidades, alimentares, vestuário, a moradia apresentava condições precárias, deste modo sem saneamento básico, limitações ao acesso à água encanada, e energia elétrica. O programa institucional criado pelo Governo Federal Bolsa Família, foi importante para permanência das famílias de acordo com Maciel (2017),

O programa bolsa família ajudou demais as famílias no acampamento os valores que variavam de R\$ 80,00 em diante, dependendo do número de dependentes que cada uma delas possuía. Com esse dinheiro o responsável pela família comprava alimentos de primeira necessidade. (MACIEL, 2017).

Ganhos e aprendizados nesse período de acampamento são notáveis, sabemos que a sociedade capitalista o individualismo e uma grande marca. Nesse período há o rompimento dessa barreira imposta, o acampamento e o lugar onde um necessita do outro, uma relação pessoal de solidariedade, de afeto, de amizade e companheirismo, possuindo sim alguns conflitos, porém todos tendo um sonho em comum seu espaço para viver, muitos aprenderem a valorizar as lutas e concluem que somente se organizando é que retiramos conquistas para o coletivo, uma conquista marcante nesse período foi à credibilidade que os acampados foram construindo aos poucos na relação com a sociedade, mostrando com o passar dos dias porque as famílias queriam ser assentadas.

## 2.2 A LUTA PELA ESCOLA NO ACAMPAMENTO E A ESCOLA ITINERANTE CONSTRUTORES DO FUTURO NO ACAMPAMENTO 1º DE SETEMBRO.

O acampamento é um espaço de vida coletiva, os encaminhamentos partem de discussão coletiva. No ano de 2008 houve a necessidade de pensar onde as

crianças em idade escolar poderiam estudar, por estar localizado próximo ao distrito de Porto Espanhol, em Rio Branco do Ivaí, ficou decidido que as crianças do acampamento estudariam na escola do distrito. A Secretaria de Educação do Município forneceu transporte para levá-las e trazê-las. Esta decisão gerou muito tumulto, pois as crianças saíam muito cedo e chegavam normalmente tarde gerando inúmeros transtornos, o percurso era de uma distância de aproximada de 10 km do acampamento até a escola somando 20 km diários. Porém esse não foi um fator que gerou insatisfação da comunidade acampada, e sim o fato de que as crianças sofriam preconceito pelo motivo de pertencerem a um movimento social.

Vários foram os atritos entre estudantes e professores da comunidade de Porto Espanhol, mesmo sendo essa uma comunidade rural houve muito estranhamento entre os educandos (as) do acampamento e da escola. O relato do dirigente do acampamento e pai de educando expressa esta realidade,

As crianças não se sentiam bem com aquele povo lá, as crianças do acampamento tem outro entendimento de percepção, entendem as coisas diferentes dai lá, o jeito dos professores conduzir a aula lá eles não conseguiram se adaptar. Além disso, tinha a discriminação, ameaças, de umas pessoas quem moravam ali, que vinham no pátio da escola ameaçar as crianças, falar mal dos pais das crianças, descriminavam e nós também entendemos que as crianças precisavam estudar dentro do acampamento. (LIMA, 2017).

Como destaca Lima, houve uma insatisfação imensa por parte dos pais em deixarem os filhos estudarem nesse distrito. O relato a seguir demonstra isso “As crianças não conseguiram conviver lá porque o nosso jeito é diferente, foram discriminadas por estarem mal vestido e de pés no chão”. (MACIEL, 2017). Neste contexto surge a necessidade de uma escola dentro do próprio acampamento. Ela deveria atender a necessidade da classe trabalhadora, uma escola próxima dos educandos.

A comunidade acampada inicia outra luta, agora para conquistar a escola itinerante, uma escola voltada para formação das crianças de uma forma diferenciada, essa escola deveria trabalhar a realidade do educando, diferenciada do modelo imposto pelo capitalismo, que cultivasse outros valores, que contribuísse para tornar sujeitos críticos.

A legislação educacional brasileira assegura o direito à educação de qualidade, voltado para as especificidades de cada lugar onde o educando está

inserido, assim formando sujeitos que valorizam seu espaço, uma educação que valorize a vida do camponês sem subestimar ou negar o meio em que vive.

A Escola Itinerante é uma escola reconhecida nacionalmente, Rio Grande do Sul foi o primeiro Estado brasileiro a conquistar e implantar a Escola Itinerante no ano de 1996:

A escola nasceu das necessidades e da luta dos acampados, especialmente das crianças. Iniciou sua organização a partir elaboração de uma proposta pedagógica para o atendimento às crianças, aos adolescentes e aos jovens do acampamento do Sem-Terra, pelo Departamento Pedagógico da Secretaria de Educação/Divisão de Ensino Fundamental, juntamente com o Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra do Rio Grande do Sul. (MST, 2005, p.188).

O nome Itinerante está ligado à ideia de a escola acompanhar o acampamento em suas lutas, mobilizações, caso ocorra reintegração de posse a escola desloca-se com as famílias, essa é sua função da itinerância.

A escola Itinerante inicia no Estado do Paraná no ano de 2003, nesse sentido Grein e Gehrke (2008) expõe,

A Escola Itinerante no Paraná está completando em dezembro de 2008 cinco anos de reconhecimento pelo Poder Público. Ela foi reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação através do parecer 1012/2003, como uma experiência por dois anos. Em 2005 foi renovada pelo mesmo Conselho, sob o parecer nº 735/05. Atualmente passa por um processo de avaliação criteriosa, dada à necessidade de reconhecimento legal definitivo da vida escolar das crianças, adolescentes, jovens e adultos que frequentam esta escola nos acampamentos do MST, nesse estado. Se aprovada, passará a ser política pública, de fato e de direito. (GREIN e GEHRKE, 2008, p. 87).

O MST tem assegurado o acesso à Educação, com fundamento nas bases legais do direito e do acesso, e cobra do Estado que cumpra com a exigência legal, através de convênios e parcerias o governo do Estado do Paraná repassa os recursos destinados ao funcionamento mínimo e pagamento de algumas despesas da escola, isto é feito por meio de convênio, para garanti-los são realizadas muitas lutas e disputas, entre governo e sem-terra, a Escola Itinerante está no rol da concretização deste direito.

No Estado do Paraná a Escola Itinerante iniciou em 2003 e hoje está com 14 anos de sua existência, possibilitando pensar uma nova forma educacional capaz de atender os educandos deserdados pelo sistema capitalista.

Para a escola itinerante existir legalmente ela necessita de suporte de uma escola estadual com existência formal, para que seja efetivada a matrícula dos estudantes, a lotação de professores e funcionários. No caso do Paraná os educandos são matriculados no Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak, um colégio estadual, escolhidos pelos sem-terra como base das Escolas Itinerantes. Sua localização segundo PPP (2013),

O Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio, Normal e Educação de Jovens e Adultos, localiza-se no Assentamento Marcos Freire, Comunidade Centro Novo, no município de Rio Bonito do Iguçu, pertencente ao Território Cantuquiriguaçu no Centro-Oeste do Estado do Paraná e ao Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul, região Sul do Brasil. Tem sua origem a partir da implantação de um dos maiores assentamentos de reforma agrária do país, separados administrativamente em duas áreas, os Assentamentos Ireneo Alves dos Santos e Marcos Freire congregando em torno de 1500 famílias. (PPP, 2013, p.08).

O colégio Iraci Salete foi escolhido como escola base, por ter uma história vinculada à luta pela terra e por manter os princípios da educação do MST em sua organização pedagógica, seus trabalhos se iniciaram logo após a conquista do assentamento nas dependências da Vila Velha como afirmam Hammel, Silva e Andreetta (2007)

A chamada Vila Velha correspondia a uma antiga Vila Residencial e comercial dos funcionários da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago, que havia sido abandonada anos antes, após a conclusão da obra. Ainda restavam algumas estruturas que foram aproveitadas para a instalação da escola. (ANDREETTA, HAMMEL e SILVA, p.83, 2007).

O Colégio funcionou nessas estruturas desativadas dessa antiga Vila Residencial durante um período de tempo, após esse período muda-se para suas estruturas definitivas. De acordo com Andreetta, Hammel e Silva, (2007, p.96), “no período de 2001 a 2002 o Colégio funcionou nestas condições, sendo que em 2003, muda-se para as instalações atuais, na comunidade Centro Novo, no Assentamento Marcos Freire”.

Ao tornar-se escola base das escolas itinerantes dos acampamentos do MST no estado do Paraná, todas as matrículas são registradas nesse estabelecimento, a organização do trabalho pedagógico das escolas itinerantes é prevista no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola base. Na busca de romper com a lógica

capitalista na escola, o coletivo destas escolas tem gestado e experimentado a organização curricular por Ciclos de Formação Humana (CFH).<sup>8</sup>

No contexto do acampamento 1º de Setembro para a constituição da Escola Itinerante houve uma série de discussões nas instâncias, nos núcleos de base, coordenação e direção, que além de avaliar as necessidades e as possibilidades avaliaram-se quem poderia ser os educadores do acampamento. Após longa análise de cada um dos nomes das pessoas que se dispuseram a contribuir na escola, elas foram encaminhados para o acampamento Maila Sabrina no município de Ortigueira no ano de 2008, para uma formação de educadores, organizado pelo Setor de Educação do MST, que durou trinta dias de estudo, debates, planejamentos para que assim esses educadores voltassem ao acampamento e iniciassem o trabalho pedagógico.

### 2.3 A ESCOLA ITINERANTE CONSTRUTORES DO FUTURO

Os estudos realizados constataam que a Escola Itinerante foi uma decisão dos acampados a partir da necessidade e preocupação com a educação dos Sem terrinha.<sup>9</sup>

Os Sem Terra em luta foram aprendendo a valorizar a educação, segundo Grein e Gerhrke (2008),

[...] Se a ESCOLA é uma ferramenta do sistema para educar os cidadãos de acordo com seus interesses, ela também pode ser um instrumento para formar sujeitos para a transformação desta sociedade, e nesse sentido a Escola Itinerante tem dado resposta positiva. Da mesma forma como os camponeses trabalham com a terra para que ela produza a Escola Itinerante também precisou e precisa ser preparada, pensada [...]. (GREIN e GEHRKE, 2008, p. 87).

<sup>8</sup> Ciclo é o movimento, não nos deixa parados, é o processo, é agrupar e reagrupar-se para aprender e ensinar. O currículo por ciclos vem para renovar os métodos de organização e de ensino. Se a estrutura curricular por Ciclos nos remete a pensar sobre os sistema de ensino, também nos permite pensar sobre a intervenção didática. Os Ciclos exigem de nos educadores um novo olhar sobre o sujeito aprendente e nos desafiam para novas concepções e métodos de avaliação como, por exemplo, a promoção e não o fracasso dos sujeitos.[...] pensar os tempos humanos na escola é também pensar como estes vão estar se relacionando como um tempo escolar mais longo e também porque se quer romper com o modelo seriado e fragmentado da escola[...].(CFH, [2013?], p.02).

<sup>9</sup> Nome dado às crianças filhos e filhas dos integrantes do MST, basicamente, seja acampado ou assentado.

A Escola Itinerante deve ser pensada diferentemente da escola consolidada na sociedade capitalista, que usa para fim de seus interesses de competitividade e individualidade, que avalia numericamente se o educando consegue alcançar objetivos propostos para eles, aqueles não alcançam são subordinados a desistência do ambiente de ensino, retratam esse educando como incompetente. O MST tem por objetivo pensar outro modelo de escola, que difere dessa, um novo formato para uma educação com perspectiva de formação humana omnilateral<sup>10</sup>, que proporcione ao educando um aprendizado coletivo e responsável.

A comunidade sempre possui um papel fundamental na relação dessa construção coletiva, assim podemos definir segundo Thomson (1996) comunidade como palavra,

[...] Usada para descrever unidades sociais que variam de aldeias, conjuntos habitacionais e vizinhanças locais ou até grupos étnicos, nações, organizações internacionais. No mínimo comunidade geralmente indica um grupo de pessoas dentro de uma área geográfica limitada que interagem dentro de instituições comuns que possuem um senso comum de interdependência e integração [...] (THOMSON, 1996 p. 115).

A comunidade possui esse papel fundamental de interação entre os indivíduos. De acordo com Thomson (2009 p.116), “[...] O que une uma comunidade não é a sua estrutura, mas o estado de espírito um sentimento de comunidade [...]”, com isso podemos analisar que tal estado de espírito, está subordinado a uma consciência coletiva a fim de um algo esperado, como a construção de uma escola na comunidade, que necessita de união, de organização e trabalho coletivo.

Antes de iniciar a construção da estrutura física, as aulas eram lecionadas embaixo de árvores sem estrutura, entretanto naquele espaço os educandos se sentiam felizes, como relata uma educadora que contribuía nesse período,

Foi dada aula debaixo das árvores, meu lugar de lecionar era na sombra do pé de manga, não possuía mesa, cadeira, foi feito banquinhos provisórios, lona preta para as crianças dos anos iniciais, para eles deitarem na época do frio para brincar em cima da lona, em cima de colchões, com brinquedo de doações para poder manter as crianças ali para poder repassar conhecimento. (MACIEL, 2017).

<sup>10</sup>Omnilateral é um termo que vem do latim cuja tradução literal significa “todos os lados ou dimensões”. Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. (FRIGOTTO, 2012, p.265).

A construção da estrutura física foi discutida com a comunidade acampada, sendo que quando as famílias que estão no acampamento não possuem recursos financeiros nem apoio do poder público municipal e estadual. Para a construção mobilizou-se toda a comunidade a fim dessa construção desde o modelo que seria construída em círculos, para desta maneira obter um centro maior no meio que seria lugar apropriado para tempo formatura<sup>11</sup> e hastear a bandeira do movimento no mastro ao centro.

Para a construção física da escola Itinerante Construtores do Futuro alguns materiais foram retiradas do próprio acampamento, as salas foram feitas de madeiras rústicas de eucalipto, os demais materiais foram adquiridos através do cultivo de lavouras coletivas, após a venda dos produtos, a renda era revertido para a compra dos demais materiais, tais como pregos, cobertura, entre outros.

O relato da primeira coordenadora pedagógica Carvalho (2017), descreve este envolvimento da comunidade,

Pensamos como seria a estrutura física, e foi aprovada pela comunidade. A comunidade estava presente em todos os momentos da escola, tudo o que foi feito foi com a ajuda em que a comunidade contribuiu coletivamente, para que fosse realizado esse sonho de construção da Escola Itinerante. (CARVALHO, 2017).

A comunidade estabeleceu calendário de trabalho diário, cada brigada assumia um dia, todos trabalharam, desde as crianças até os idosos. Foram construídas dez salas de aulas, cobertas e rodeadas de costaneira<sup>12</sup>, também foram utilizadas duas casas do antigo latifúndio, que serviam como secretária, cozinha e biblioteca. O espírito de coletividade nesse momento é algo precioso, um instrumento que se insere na pedagogia do MST, sem dúvida é uma grande marca desse momento na qual se percorre a união do coletivo.

O quadro a seguir traz nomes dos primeiros educadores (as) que contribuíram no marco inicial da Escola Itinerante Construtores do Futuro.

---

<sup>11</sup> O tempo formatura é um espaço que é realizado ante do início das aulas, para encontro coletivo de todas as turmas, esse espaço é direcionado a informes, momento de mística, gritos de ordem e para entoar hino do MST.

<sup>12</sup> Madeira rústica retirada no beneficiamento de tábuas, essa parte é extraída da parte externa da madeira (Casca) e possui baixo valor comercial.

Quadro 2-Educadores (as) da Escola Itinerante Construtores do Futuro no ano de 2008.

Educador (a)	Ciclo de Formação
Dalvina Rodrigues Maciel	Ed Infantil Ciclo único
Jessica da Silva	1° Ciclo
Rosicleia	1° Ciclo
Josiane Aparecida Vidal	1° Ciclo
Geni	2° Ciclo
Pompéia da Luz Carvalho	Coordenação Pedagógica

**Fonte:** Dalvina Maciel

**Nota:** Elaborado pelo autor, 2017.

Imagem 03-Estruturas da Escola Itinerante Construtores do Futuro.



**Fonte:** Acervo Simone Ferreira Riepe (2010).

No início de março de 2008 a escola estava em condições de funcionamento ainda que o espaço fosse precário, embora houvesse muitos esforços coletivos faltavam materiais pedagógicos e merenda escolar. Outra vez a comunidade se organiza para doar os alimentos para merenda dos educandos.

O setor de finança do acampamento foi de suma importância, pois gerenciava a compra dos materiais que a escola necessitava, os recursos vinham de roças que eram produzidas coletivamente e vendidos e a renda era destinados à construção da escola.

A definição da nomenclatura da escola foi feita por meio de discussões e observando os princípios do MST, definiram-se critérios, tais como a valorização da luta, a projeção do futuro, sujeitos capazes de transformarem sua realidade e não se deixam levar pelas mazelas que o sistema capitalista apresenta.

O nome vem do título de uma letra de uma música, que debate o papel da escola na formação do camponês, Construtores do Futuro, foi escolhido pela comunidade, pois traz consigo um projeto de esperança, solidariedade, confiando na possibilidade de o ser humano construir um novo futuro, a partir da capacidade de coletivamente gerir a história. O movimento ressalta desde sua fundação um sujeito capaz de construir seu futuro, sem deixar de enfrentar as injustiças geradas pelo sistema capitalista, que gera o próprio sem-terra.

As salas utilizadas até o ano de 2011 eram de chão batido, a poeira que subia dentro das salas formava uma espécie de nuvem, a água que os educadores jogavam no chão amenizava a situação, os cadernos e livros costumavam ter a cor da terra. A comunidade novamente se organizou e com algumas doações foram feitos mutirões para fazer piso bruto nas salas, como apresentado na fotografia 4.

Imagem 04 – Comunidade em mutirão fazendo pisos brutos nas salas.



**Fonte:** Acervo Simone Ferreira Riepe, (2011).

Os educadores/as que trabalhavam na educação infantil e nos anos iniciais são militantes do MST e residem dentro do próprio assentamento na maioria das vezes sem formação universitária. Os educadores/as que trabalhavam com o Ensino Fundamental são educadores externos ao acampamento, vindos do município de Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí e Grandes Rios, todos sendo contratados via Processo Seletivo Simplificado (PSS), modalidade de seleção de professores criada pelo governo do Estado do Paraná para contratação de professores/as para atuar na rede estadual de ensino. Nesse período inicial da constituição da escola em 2008 no

acampamento não contávamos com nenhum professor da rede estadual de ensino que residia no espaço do acampamento.

A modalidade do Ensino Médio não era ofertada na escola, pois órgãos responsáveis diziam que era melhor deslocar os educandos para a sede do município, do que ofertar no acampamento. Isso gerou inúmeros transtornos, educandos que necessitavam dessa modalidade percorriam diariamente cerca de 40 km, para encontrar um colégio que ofertasse a modalidade na sede do município de Rio Branco do Ivaí.

A história se repetia, os inúmeros constrangimentos pelo fato dos educandos/as serem acampados do MST, outro fator relevante era as más condições do transporte escolar, quando ocorriam chuvas fortes o transporte não fazia o percurso pelo fato das estradas ficavam impróprias para transitar, no decorrer do ano letivo os alunos perdiam inúmeros dias letivos de aula, que implicava no aprendizado e ocasionava várias retenções, isso ocasionava problema na formação e não respondia ao projeto educativo do MST.

Isto expressa a necessidade dos sem-terra, que não é apenas de ensino fundamental, mas de todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive da EJA, pois nos acampamentos o índice de pessoas analfabetas é sempre elevado, por isso a alfabetização é uma das maiores bandeiras de luta do MST, de acordo com Grein e Gehrke (2008), a EI,

[...] É uma Escola que, na sua essência, não está voltada somente para as crianças, jovens, idosos e adultos, pois os acampamentos são formados por famílias que não só foram excluídos da terra, mas também foram excluídos do processo produtivo e de todos os seus direitos, inclusive o de estudar [...]. (GREIN e GEHRKE, 2008, p. 88).

Sendo assim esse direito negado aos cidadãos ao longo da história é resgatado pelo MST e pela comunidade acampada, na maioria das vezes são educadores voluntários contribuindo nesse processo.

A modalidade da EJA iniciou logo após a constituição da EI em 2008, era ofertada no ensino fundamental e médio, também havia o Programa Paraná Alfabetizado, ofertado para aqueles que não tinham a alfabetização. Este programa foi criado pelo governo do Estado do Paraná e contava com cerca de vinte educandos. Os maiores transtornos havia na contratação dos educadores/as, pois

no término de uma disciplina para outra sempre demorava a regularização, o que ocasionava a desistência de alguns educandos.

Na mesma proporção que se fazia a luta pela terra com abaixo assinados, também eram organizadas articulações no acampamento com presença de autoridades regionais, estadual e federal para contribuir na consolidação do assentamento, se fazia também a luta pela escola. No ano de 2013, depois de seis anos de acampamento, com um longo período de espera, muitos tempos de guaritas, assembleias, reuniões, inicia o processo de negociação da área ocupada entre a proprietária e o INCRA, tudo se encaminhou de forma tranquila, dentro da “legalidade”, respeitando o artigo 184 da Constituição Federal,

**Art. 184.** Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (BRASIL, 1988, p.111).

Deste modo a proprietária aceita a oferta feita pelo INCRA para compra da área a fim de fazer o projeto de assentamento, nesse mesmo ano chega a notícia que a proprietária teria negociado a área para fins de Reforma Agrária. Era um dia chuvoso, a comunidade foi reunida em uma grande assembleia e foi dada a importante notícia que a área tinha acabado de ser adquirida a fim de assentamento, era o fim de mais um conflituoso processo para a conquista do sonhado pedaço de terra.

Neste mesmo ano o INCRA oferta um grande projeto de abrangência estadual para educação de jovens e adultos em áreas de Reforma Agrária no Paraná, especialmente para os anos iniciais. No acampamento foram ofertadas duas turmas com 20 educandos atendidos em cada uma delas, por um período de 02 anos, esta ação visava combater o analfabetismo que atinge o campo com reflexo a exclusão vivenciada por estes povos.

No dia 28 de Julho de 2013 a comunidade acampada se organiza coletivamente para uma confraternização de inauguração do assentamento Egídio Brunetto<sup>13</sup>. Ali se iniciava a concretização do sonho de ter o espaço para sobreviver,

<sup>13</sup>Egídio Brunetto, militante do MST na região Sul do Brasil, contribui com a luta dos trabalhadores pelo acesso a terra, foi um dos fundadores da Via Campesina Internacional, deixa seu legado de persistência e defensor fiel das sementes crioulas, sua morte ocorreu com um acidente automóvel no Mato Grosso do Sul, no dia 28/11/2011, após sua morte seu nome foi homenageado dando nome a assentamentos, acampamentos e escolas dos movimentos sociais para seu legado jamais ser esquecido pelos que anseiam um país igualitário para todos.

convidando a comunidade local, lideranças do Movimento do MST, autoridades regionais e estaduais para festejar com as famílias esse momento de conquista coletiva, como representado na fotografia 5.

Imagem 05- Inauguração do Assentamento Egidio Brunetto 28/06/2013



**Fonte:** Blog do Berimbab

**Nota:** Foto de Ronaldo Alves, 2013.

A partir dessa data já começou a ser regularizada pelo INCRA a seleção das famílias. Foram divididos 188 lotes distribuídos às famílias que passaram por uma rígida seleção.

A seleção foi feita por sorteio, a festa de conquista aconteceu no dia 28 de Junho de 2014, a felicidade era percebida na face das pessoas contempladas e saberem onde seria seu espaço. A partir desse momento todas as famílias começaram a se organizar e se transferir definitivamente ao seu lote, foram selecionadas 178 famílias para esse sorteio inicial, pois em discussão coletiva ficou acordado que se sobraria essas parcelas de terras, para não haver excedentes<sup>14</sup> e gerar conflitos internos após o sorteio das parcelas de terra.

Imagem 06-Festa do sorteio das parcelas de terras (lotes) 28/06/2014.

<sup>14</sup> Excedentes no que diz respeito acima esta relacionada as famílias quando se sorteia número x de lotes e tais pessoas ficam excedentes (sobra), por diversos critérios que são adotados, por este motivo tendo que se deslocar para outros acampamentos.



**Fonte:** Acervo do Pesquisador, 2014.

Em 2015 uma nova conquista para o assentamento o Ensino Médio começa a ser ofertado conforme Lima (2017),

Foi muitas depois discussões e pressões, o Núcleo Regional de Educação de Ivaiporã foi ofertado à modalidade do Ensino Médio para a escola que ainda seguia seus trabalhos pedagógicos com EI. A organização popular demonstrou que é capaz de avanços improváveis, ficou melhor para nossos educandos estudar dentro do nosso espaço, tem estudo das crianças pequenas até para os jovens perto de sua casa. (LIMA, 2017).

A comunidade viu a necessidade de repensar a forma de escola, as perguntas que nortearam o debate foram: Que escola desejamos para nossas crianças? Quais os princípios de uma escola dentro de uma comunidade pertencente ao MST? Qual a responsabilidade de continuar com a pedagogia da luta? Como as novas gerações continuarão está história? Qual o compromisso da escola em cultivar a identidade camponesa do homem do campo? Qual o valor a desenvolver e a suprimir? Como a escola contribuir para isso?

Para tanto a escola precisava estar imersa na comunidade, nos anseios do povo, precisa não negar o saber, superar as fragilidades e avançar na construção de uma sociedade melhor. No dossiê MST Escola, caracteriza que “Para nós, Escola é mais que aula é mais que repasse de conhecimentos” (MST, p. 213.1999), eis a centralidade da escola, entendida como centro de excelência do conhecimento. Neste sentido pensar a escola e a educação é um dos pilares para construção de uma nova sociedade, que implica necessariamente na superação do sistema capitalista.

As questões elencadas aqui já haviam sido tratadas na constituição da escola itinerante, porém tornam-se necessárias devido ao processo de transição, agora quem passa a assumir legalmente a escola da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental é o município de Rio Branco do Ivaí e o colégio dos anos finais do ensino fundamental e médio é a Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Interessam-nos neste processo as principais mudanças e o papel da comunidade, uma vez que outras demandas surgem neste novo tempo.

### **3 DO ACAMPAMENTO AO ASSENTAMENTO: A TRANSIÇÃO DA ESCOLA ITINERANTE CONSTRUTORES DO FUTURO PARA ESCOLA MUNICIPAL E COLÉGIO ESTADUAL**

Neste capítulo será abordado a transição, após a conquista do assentamento, da EI para a escola municipal e colégio estadual e a necessidade das famílias se inserirem nas discussões para a criação legal junto aos órgãos públicos competentes. Após a criação do assentamento outras lutas e enfrentamentos surgem junto ao estado e município para a consolidação das infra estruturas, como abertura de estradas, instalação de luz elétrica, saúde pública e os estabelecimentos

de ensino. A preocupação central esteve no processo de transição e como a comunidade pode influenciar nas discussões pedagógicas para obter uma educação de qualidade no campo e que interesse aos trabalhadores Sem Terra.

### 3.1 O QUE SIGNIFICA TRANSIÇÃO DO PROCESSO ESCOLAR

A pergunta que nos instiga nesta fase do texto requer pensar o que significou está transição de Escola Itinerante para escola municipal ou colégio estadual? Quais os impactos que a municipalização e a estadualização ocasionaram na organização do PPP ou da participação da comunidade?

Pensar nesse momento transitório e assegurar uma educação que responda aos princípios filosóficos, políticos e pedagógicos dos Sem-Terra têm sido o debate posto no coletivo da escola. Porém com as alterações nas prioridades e nos sujeitos envolvidas na mesma, tem sido necessário resgatar alguns conceitos estruturais como o que interessa aos assentados do MST, o que significa ser uma escola do campo, dentre outras questões suscitadas que trabalharemos ao longo do texto, desta forma Arroyo e Fernandes (2011) elencam elementos de como uma escola se articula para desenvolvimento para determinados interesses,

Uma escola do campo é aquela que defende os interesses, a política, a cultura e a agricultura camponesa, que construa conhecimentos e tecnologias na direção do desenvolvimento social e econômico dessa população. A sua localização é secundária, o que importa são suas proximidades política e espacial com suas proximidades política e espacial com a realidade camponesa. (ARROYO; FERNANDES, 2011, p.33).

A escola possui papel fundamental na formação humana do sujeito respeitando assim seus princípios, valores, cultura, religião e orientação sexual entre outros. A educação do campo precisa fomentar a construção coletiva do conhecimento.

Não podemos pensar uma educação para a libertação, quando privamos uma população de seus direitos. A política de educação que está sendo implantada no Brasil, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais, ignora a necessidade de um projeto para a escola rural. (ARROYO e FERNANDES, 2011, p.33).

Como pensar uma proposta de educação libertadora sendo que possuímos leis que nos prendem a determinadas questões, pois se analisarmos simplesmente é visível que o campo possui suas particularidades.

Assim, nesse processo de transição escolar buscamos proporcionar e respeitar essas relações, por isso é necessário pensar em um modelo de escola que atenda a necessidade do camponês. Como MST (2013) afirma,

Mas, para nós a educação não acontece apenas no espaço e tempo que o educando e educanda frequentam a escola. O direito a educação se relaciona, também, ao acesso a diferentes tipos de conhecimentos e bens culturais; à formação para o trabalho e para participação política; ao jeito de produzir e de se organizar; a aprender a se alimentar de forma saudável; e a prática de valores humanistas e socialistas que defendemos. (MST, 2013, p.43).

Neste sentido cabe investigar se a escola que procurou se construir dentro do assentamento nessa transição é uma escola que procura atender as necessidades dos Sem Terra, onde as aulas são para além das quatro paredes e estabelece uma relação igualitária e justa entre as pessoas, onde os sujeitos se aproximem e não se individualizem como o proposto nos dias atuais, pela sociedade capitalista.

O processo de transição, seja ele do modelo de produção no assentamento, econômico e educacional, deve proporcionar momentos de reflexão e encaminhamentos de mudanças drásticas e possíveis dentro do processo histórico que está sendo constituído o assentamento, mas isto é possível na transição de Escola Itinerante para municipalização e estadualização? Sabemos que a legislação coloca uma série de normativas que impedem os aspectos pedagógicos para atender a proposta de educação dos sem-terra.

Assim, elencamos alguns pontos a ser analisado neste processo de transição, este ponto se configura numa linha tênue entre o fazer pedagógico da escola e as decisões políticas e administrativas permeadas pelas interlocuções com a comunidade local. Vale considerar que as escolas públicas brasileiras têm na gestão democrática seu principal canal de diálogo com as comunidades, mas que embora a garantia legal, a participação da comunidade é pequena e em momentos pontuais.

O MST constitui uma proposta educacional que precisa ser considerada no processo de transição.

Lutamos por escolas públicas e gratuitas para que o Estado cumpra seu papel de garantir a todos os trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, uma escola com condições materiais necessárias á realização de sua tarefa educativa. Ao mesmo tempo lutamos contra a tutela política e pedagógica do Estado burguês, sejam quais forem o governo em exercício. Cabe ao povo ser sujeito de sua educação. (MST, 2013, p.43).

A relação entre ser uma escola gestada pelos Sem Terra e ao mesmo tempo ser uma escola pública mantida pelo estado está no limiar de uma fronteira da relação pública e das responsabilidades do Estado e da gestão privada, mesmo que coletiva dos sujeitos comunitários.

Concordamos com Amboni (2014) ao problematizar a questão destaque que,

Minha premissa básica é a permanência dos instrumentos de controle estatal como gestão democrática no aparelho escolar do MST, como escola pública. Repetimos aqui o que Marcos Gherke, Isabela Camini, Carolina Bahniuk etc., fazem questão de ressaltar: que a Escola Itinerante é uma escola pública no acampamento do MST, portanto, sujeita ao controle e às normas que regulamentam a existência da escola pública. Dessa forma, a gestão da escola traz uma esfera do Estado para dentro do acampamento, mas isto não significa uma prisão pedagógica, administrativa e financeira (AMBONI, 2014, p.193).

Muito embora haja desde a constituição da escola itinerante certo nível de intervenção estatal, estes são intensificados com a consolidação da escola sob-responsabilidade formais, tanto em nível de controle, quanto da exigência da própria comunidade. O primeiro enfrentamento é de concepções, pois o que interessa ao poder público são os dados estatísticos, número de alunos matriculados, dados das avaliações, para mostrar como a educação está avançando. Porém, estas estatísticas nem sempre vem acompanhada das condições estruturais para sua concretização e, no caso da comunidade, não estão de acordo com o interesse e realidade do assentamento recém-criado.

O Estado consolidado na sociedade capitalista na maioria das vezes reproduz a concepção da cidade como espaço ideal de acesso e cidadania, como lugar de avanço e o campo um lugar de atraso, como já explicitado na primeira parte deste texto. Arroyo e Fernandes (2011) se posicionam sobre esta questão,

[...] existe a concepção de que a escola urbana é melhor do que a rural. Esse pensamento coloca uma vez o determinismo geográfico como fator regulador de qualidade da educação. Mais uma falsa ideia. O que está em questão é um projeto de escola e não sua localização. Uma escola do campo tem uma especificidade inerente à história luta de resistência camponesa. Ela tem os seus valores singulares que vão em direção

contraria aos valores burgueses. Esse é um dos elementos importantes de sua essência (ARROYO e FERNANDES, 2011, p.34).

Este debate interessa no processo de transição, pois este discurso que materializa uma supremacia da escola da cidade, muitas vezes está posto no imaginário das famílias do assentamento. Assim, nos debates com a comunidade esta dicotomia campo x cidade aparecia com intensidade, e também a elementos de que a construção da proposta educativa da nova escola deveria garantir uma nova forma de educação, que assegurasse os conhecimentos escolares e também a formação omnilateral de seus estudantes. Por isso esse processo de transição ocorrido de Escola Itinerante, precisava oportunizar ao sujeito o estudo dos princípios do MST e o conhecimento do que representa a escola no processo de formação humana. Para o coletivo responsável por este debate isto consista na integração entre realidade e conhecimento sistematizado.

Pensando em alternativas para o desenvolvimento social do campo, o Setor de Educação do MST (movimento social de uma população em luta, em transição e que estabelece as condições de existência) recupera e constrói uma concepção de educação desde a população camponesa. (ARROYO e FERNANDES, 2011, p.34).

Respeitando o princípio da coletividade os assentados se organizam para a construção do PPP das escolas, se organizam para que toda a comunidade possa debater e sugerir questões que a escola precisa responder para a formação de seus filhos. Junto com este processo se fizeram necessárias lutas, mobilizações como veremos na próxima seção deste capítulo. Este não é um processo único deste acampamento, historicamente no interior do MST a constituição do debate coletiva e da luta pelo acesso aos direitos civis e sociais.

O movimento social no campo representa uma nova consciência dos direitos, à terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, à saúde e à educação. O conjunto de lutas e ações que os homens e mulheres do campo realizam, os riscos que assumem, mostram quanto se reconhecem sujeitos de direitos. (ARROYO e FERNANDES, 2011, p.12)

Na democracia burguesa, consolidada pelo Estado capitalista que assume o discurso da igualdade de direitos, que trata os estudantes e professores/as como se fossem todos iguais, sem considerar sua condição e exclusão de classe, sem

respeitar a diversidade de crenças, espaços e lugares, acaba por negar as condições necessárias de desenvolvimento e aprendizagem para estudantes da classe trabalhadora.

A condição do trabalho docente, submetidos a longas jornadas de trabalho diárias, com baixa remuneração, sem materiais pedagógicos e com estruturas precárias são também limitadoras de um efetivo processo de aprendizagem e desenvolvimento. Neste contexto, o educando e educadores/as são desconsiderados em suas potencialidades e individualidades, pois são apenas mais uma peça na máquina capitalista, que estão de passagem para aprender técnicas e normas necessárias na sua posição, dentro do sistema.

Neste íterim está posto o desafio da escola do assentamento, pois se coloca na tarefa de construir novas relações, sendo a primeira delas, desconstruir a visão capitalista e implantar uma nova forma escolar. Nos documentos construídos pelo setor de educação do MST a nova forma escolar precisa respeitar o espaço e o tempo de cada sujeito, ouvir as famílias e a comunidade, onde não apenas seja garantido instancias de gestão democrática, mas de efetiva participação dos sujeitos nos processos de organização com condições para tomar decisões e se sintam responsáveis pelos processos educacionais, que estão na escola e para além dela.

Assim, não há para o MST e para a comunidade local construção de uma escola que atenda aos interesses do novo assentamento sem diálogo com a comunidade. O documento “A Escola que queremos em nosso assentamento”, (MST, 2009), sistematiza já em 1999, a construção coletiva dos processos educativos e coloca sete pontos que com o passar do tempo foram assumindo outras dimensões, mas contribuiu para pensar o que significar ser escola dentro deste novo território, destacamos os objetivos: 1. Ensinar a ler, escrever e calcular a realidade; 2. Ensinar fazendo, isto é, pela prática; 3. Construir o novo; 4. Preparar igualmente para trabalho manual e intelectual; 5. Ensinar a realidade local e geral; 6. Gerar sujeitos da história; 7. Preocupar-se com a pessoa integral. (MST, 2009, p. 36). Para isto estabelece formas e estratégias de ações, dentre as quais destacamos: a organização coletiva, a participação e “todo acampamento na escola e toda escola no acampamento”.

No próximo item deste capítulo abordaremos esta participação da comunidade de forma mais efetiva, buscando compreender quais os espaços e tempos desta participação.

### 3.2 A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO

Com o processo de transição de acampamento para o assentamento fez-se necessário iniciar outra luta, a luta pela consolidação das estruturas na nova terra conquistada, como já escrito acima foi necessário à abertura de estradas, construção de estrutura de saúde pública, instalação de energia elétrica e a construção da escola municipal e colégio estadual. Como Lima (2017) afirma

Naquele momento que ganhamos a terra, ficamos felizes, mas logo começamos a pensar como se daria a continuação da escola, pois já sabia que o Estado não deixaria ser itinerante e corria risco de fechar a nossa escola e nossas crianças ter que voltar a estudar em outras escolas fora do assentamento. (LIMA, 2017).

Sabemos que a educação deve ser de responsabilidade dos órgãos públicos, que devem assumir os custos e investir em estrutura, material didático, pagar educadores/as, e outras questões que envolvam recursos, porém outras decisões, sobretudo de cunho pedagógico devem ser discutidas com a comunidade.

Neste aspecto alguns textos legais auxiliam para cobrar o direito ao acesso educação, como é o caso da Constituição Federal, art. nº 205 quando prescreve,

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”(BRASIL; 2012, p.121).

Nesse documento oficial fica evidenciado que o dever da educação é do Estado, para desenvolver “cidadania”, mas para o movimento social como o MST, a educação assume uma especificação a mais, ou seja, não pode ser apenas para qualificação do trabalho e para cidadania burguesa, a educação deve atingir o auge de emancipação do sujeito, para criar consciência, desenvolver a criatividade, o protagonismo. E, no que se refere ao trabalho, à perspectiva que ele assume para o MST está ligado ao processo formativo e ao desenvolvimento humano e não a condição de exploração que sistema capitalista nos submete.

Em meados de 2014 a comunidade começa a preocupar-se com o ano letivo de 2015, visto que quando fosse finalizado o ano letivo de 2015 a Escola Itinerante

Construtores do Futuro findaria seus trabalhos e não haveria mais o contrato com o governo do Estado do Paraná. Como relato do dirigente,

Organizamo-nos em reuniões e discussões com a direção e coordenação do assentamento e com a comunidade para ver o que nos faria para que o Estado desse início ao processo de criação da escola/colégio, para que assim em 2015 as crianças pudessem ter escola onde estudar perto de suas casas, para evitar constrangimentos que as crianças passaram no passado a nossa ideia era que a escola fosse construída dentro do assentamento.( PROCHONOW, 2017).

Os relatos dos entrevistados demonstram que foram feitas reuniões e discussões em assembleia com a comunidade. Estas possuíam um papel fundamental pois, era do interesse da comunidade que as crianças estudassem no assentamento. Chama atenção esta participação e a preocupação, pois grandes partes das pessoas que participavam eram analfabetas, o que exigia um esforço enorme daquelas pessoas e do setor de educação local. Destaca-se ainda a construção coletiva de todos para todos, com integração entre escola e comunidade, e não apenas participações formais sem contribuir de fato com ideias para melhoria da situação de todos.

Os registros indicam que a partir das assembleias foi organizado um seminário de socialização de ideias para a construção da escola e do colégio. As principais questões norteadoras foram: Que escola necessitamos e devemos pensar para nossas crianças/jovens/adultos?

Os dados registram que a partir do apoio e participação da comunidade o seminário ocorreu de 23 a 25 de julho de 2014, com massiva participação. O setor de Educação do MST contribuiu e conduziu as discussões, que tiveram como objetivos: Estudar e debater com a comunidade a escola do assentamento o papel da escola; Pensar e propor o tipo a educação, princípios e valores; (Ata nº 01, p.01, 2014).

Para responder as questões apontadas o seminário teve a seguinte metodologia: Em plenária debate-se o projeto de escola do capital e a proposta do MST, fazendo um contraponto entre o que temos e o que queremos. Estudou-se também o trabalho na formação do ser humano, o trabalho na escola e a auto-organização dos estudantes, depois em grupos foram discutidas questões norteadoras como:

1-Que educação queremos para nossas crianças, jovens e adultos?

2- Por que queremos uma escola dentro do assentamento?

3- Qual o papel da comunidade? (relato dos entrevistados, 2017).

A partir deste seminário iniciou o processo de transição e construção da escola, as reuniões foram frequentes, com o prefeito e a secretária de educação do município, também reunião com o Núcleo Regional de Educação (NRE) no município de Ivaiporã e com a Secretária de Estado da Educação (SEED).

As ações desencadeadas com o processo de luta pela terra no município de Rio Branco do Ivaí reafirmam a constatação de Caldart, quando afirma que,

Quase ao mesmo tempo em que começaram a lutar pela terra, os sem-terra do MST também começaram a lutar por escolas e, sobretudo, para cultivar em si mesmos o valor do estudo e do próprio direito de lutar pelo seu acesso a ele. No começo não havia muita relação de uma luta com a outra, mas aos poucos a luta pelo direito à escola passou a fazer parte da organização social de massas de luta pela Reforma Agrária, em que se transformou o Movimento dos Sem-Terra. (CALDART, 2003, P62).

Nos relatos dos entrevistados ficam expressas as várias conversas marcadas como o prefeito municipal para que os vereadores municipais criassem projeto de Lei para criação da escola municipal, destacam-se as etapas das discussões e agendas: o prefeito não respondia e postergava o retorno, cada dia era uma desculpa diferente, até que em decisão coletiva a comunidade resolveu ocupar o paço municipal, pois os inúmeros diálogos com o prefeito não trouxeram resultado. Segundo relatado o ato ocorreu na manhã do dia 23 de março de 2015, quando os assentados partiram em comboios, em cima de caminhões, para a ocupação da prefeitura. Essa também não é uma ação isolada no MST, Caldart analisando as ações ao longo do contexto histórico de luta afirma,

Hoje já parece mais claro que *uma escola não move um assentamento, mas um assentamento também não se move sem a escola*, porque ele somente se move no sentido de que vai sendo construído como um lugar de novas relações sociais, de uma vida mais digna, se todas as suas partes ou dimensões se moverem junto. E a escola, à medida que se ocupa e ocupa grande parte do tempo de vida especialmente da infância SemTerra, se não se move junto, é de fato um freio no processo mais amplo. Sem ela não se constrói uma das bases culturais decisivas às mudanças sociais pretendidas pelo MST. (CALDART, 2003. p.65).

As fotografias abaixo ilustram a ocupação deste dia, vale ressaltar que a ação teve uma grande repercussão nos meios de comunicação local e também dentre da comunidade regional, através de sites e blogs como os pesquisados e identificados abaixo.

Imagem 07 - Comunidade do Assentamento em ocupação da Prefeitura do Município de Rio Branco do Ivaí PR dia 23/05/ 2015.



**Fonte:** Blog do Wellyngnton Jhonis

**Nota:** Foto de Wellyngnton Jhonis, 2015.

As fotografias e os relatos apontam que ao chegar à prefeitura a comunidade foi recebida pela tropa de choque de Londrina. O prefeito recebeu os representantes da comunidade e do INCRA, ouviu as reivindicações, que era assinatura do projeto da escola, a abertura das estradas e a unidade de saúde no assentamento.

Imagem 08- Comunidade do assentamento recebida com repressão do Estado 23/03/2015.



**Fonte:** Blog do Wellyngton Jhonis

**Nota:** Foto de Wellyngton Jhonis, 2015.

Apesar da tensão inicial as reportagens apontaram que o ato foi pacífico, na reunião o poder executivo se comprometeu com a autorização e as construções da escola foram marcadas reuniões para aprovação do projeto da escola. Destaca-se assim o papel da comunidade e da mobilização para efetivação da aprovação da escola no novo assentamento.

Prochonow (2017) expõe:

Nos tivemos que reunir com a comunidade para lutar pelo acesso a educação, para nos do MST, a educação é uma de nossas bandeiras de luta, como tantas outras a educação é o principal para nossas crianças, dentro de nossa organização, foi uma luta constante para ter a EI, agora possuímos a necessidade da criação da escola e colégio.(PROCHONOW, 2017).

Ainda como forma de mobilização e luta a escola realizou as aulas em frente à prefeitura, como todos os educandos, desde os anos iniciais até os anos finais do ensino fundamental. O poder legislativo após essas ocupações faz o projeto de lei de criação da escola municipal. Neste sentido a escola cumpriu o papel da luta social, uma das matrizes pedagógicas do MST, demonstrando a responsabilidade com seus educandos e com as lutas da comunidade. Acreditamos que aqui reside a sintonia entre escola e comunidade, entendendo que os problemas que a comunidade enfrenta também influenciam na escola, por isso não deve se separar a escola e comunidade, sendo algo integrado.

Imagem 09- Educandos da Escola Itinerante Construtores do Futuro em aula na Ocupação da prefeitura 23/03/2015.



**Fonte:** Blog do Wellyngnton Jonis

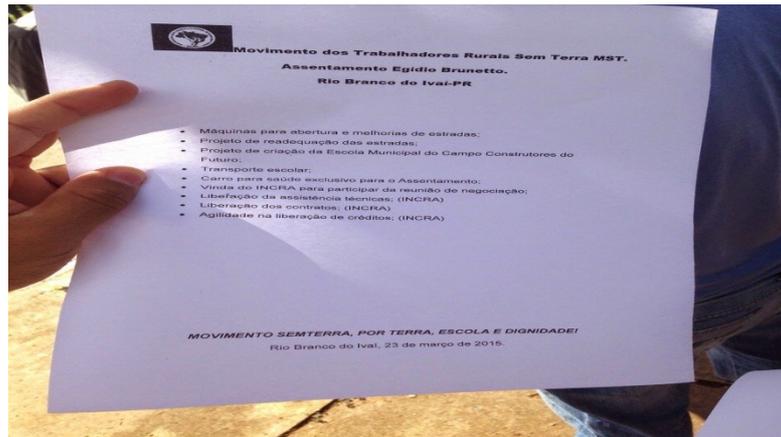
**Nota:** Foto de Wellyngnton Jhonis, 2015.

A motivação que levou a organização e luta estava principalmente na preocupação da comunidade que as crianças se deslocassem para a sede do município, que fica cerca de 20 km distantes do assentamento, com estradas precárias e com uma proposta que não contemplasse os princípios dos Sem Terra. Isto se configura como afirma Caldart (2002) na luta por políticas públicas,

A luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo. *No*: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive: *Do*: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às necessidades humanas e sociais (CALDART, 2002)

A pauta, colocada na sequência deste texto, foi construída coletivamente pelas famílias para que o prefeito atendesse as necessidades da criação da escola municipal, veículo para a saúde, abertura das estradas, visto que as famílias estavam residindo em seus lotes, teria que criar a escola municipal e colégio estadual e estradas de qualidade que atendesse as necessidades de transitar por elas, principalmente pelo de o transporte escolar percorrer as linhas, conforme pauta:

Imagem 10- Pauta construída coletivamente pelos assentados e entregue ao prefeito municipal em 23/03/2015



**Fonte:** Blog do Wellyngton Jhonnis

**Nota:** Foto de Wellyngton Jhonis, 2015.

Durante o tempo em que permaneceram em frente a prefeitura, durante as assembleia com a comunidade, podia se perceber a intenção de resolver as questões de infra estrutura, mas também estabelecer um dialogo com os moradores da cidade, conforme é possível perceber na fala do dirigente Estadual do MST Prochonow (2015):

[...] Nós vamos morar nesse lugar, enquanto não resolver nosso problema, agora nos não vai sair de frente dessa prefeitura, e nos companheiros gostaria que a população dessa cidade, povo do comércio, os trabalhadores de modo geral compreendesse nossa reivindicação, nos não tamo aqui para fazer feio, não estamos aqui para fazer baderna, não estamos aqui para fazer confusão, estamos aqui porque a pauta do assentamento não foi atendida, estamos no assentamento às crianças andando pelos carreiros 7 a 8 km pra poder vim na escola [...]. (PROCHONOW, 2015).

Paralelamente a esta luta, outros diálogos e reivindicações eram feitas no Núcleo Regional de Educação de Ivaiporã e reuniões com a SEED em Curitiba para a conquista do Colégio Estadual do Campo 1º de Setembro. Devido à distância entre Rio Branco do Ivaí e Curitiba (320 km), ficou acordado que a coordenação estadual do MST assumiria a responsabilidade pelas negociações com a SEED. Entre os vários encontros surgiu a proposta de criação do colégio que ainda percorreria vários encontros para que se efetivasse legalmente.

Como percebemos ao longo do item a necessidade da escola passou a ter um papel fundamental para a articulação da comunidade do novo assentamento. Ela também pode ser um centro de articulação desta comunidade, assim, ter uma escola significa ter aonde ir, significa ter um meio de socialização, um espaço para reuni-

ões, as famílias permanecem no local, pois tem escolas para seus filhos. Por isso faz sentido lutar por ela.

Na fala do dirigente é possível identificar que uma escola dentro de um acampamento/assentamento é uma resistência para a classe trabalhadora e também a preocupação com a pedagogia, pois neste espaço a escola precisa ensinar mais que os conteúdos escolares, precisa formar sujeitos críticos que consigam ver sua realidade com uma visão diferenciada perante as tantas injustiças que sua classe enfrenta, para ele,

A escola é o lugar onde nossas crianças vão aprender os conteúdos básicos, mas também os princípios do Movimento Sem Terra para assim continuar nossas lutas e propostas para seguir de geração a geração, por isso que travamos essa luta para que fosse feita essa escola, para saber o que será ensinado as nossas crianças. (PROCHONOW, 2017).

Assim no processo de transição a escola deve ser pensada e repensada, para considerar as nossas projeções e preposições para o futuro dos trabalhadores Sem Terras, neste sentido é preciso ter clareza do que se espera para o futuro, quais as intenções da comunidade, quais as expectativas em relação ao futuro. Outro movimento importante é a compreensão dos conteúdos que estão nos currículos, os conhecimentos escolares, estes são necessários para chegarmos a uma unidade e vínculo com a luta dos camponeses por um mundo melhor, mas também necessário apreender que sem luta, sem a organização das massas não é possível obter conquistas para o coletivo. Sobre está questão o MST (2001 apud BAIM, 2016, p.28), estabelece que,

A escola como lugar de estudo, que é bem mais profundo do que repasse de conteúdos ou de conceitos, e que tem a ver com a inserção crítica e criativa na realidade do mundo em que vivemos, do mundo e da humanidade que precisamos transformar com nosso movimento; e as escola não apenas ou centralmente como lugar de produção de conhecimentos, mas sim de construção de múltiplos e diversificados tipos de aprendizado, todos necessários para um desenvolvimento mais pleno do ser humano e, no nosso caso, para a formação dos continuadores da obra humana do MST (BAIM, 2016, p.28).

Como destaca o próprio MST, esta é a escola necessária para o campo, se assumir estes compromissos é possível que ela contribua na construção de outra sociedade. Assim, abrimos o leque para discussão de uma, que transcende a luta pela construção e consolidação da escola, pois envolve as questões pedagógicas e

as questões administrativas. Neste sentido e buscando perceber em que medida se consolida no processo de transição a proposta pedagógica definida no seminário de educação junto a comunidade é que discutimos no próximo item, o que muda com a transição no marco legal e pedagógico desta escola.

### 3.3 O MARCO LEGAL E O MARCO PEDAGÓGICO: o que muda?

Com o processo de transição novos desafios vão surgindo e sendo necessário superá-los, o debate entorno da compreensão da proposta pedagógica foi importante, uma vez que isto significava garantir a continuidade da construção da Pedagogia do MST<sup>15</sup> que já existia há 06 anos na Escola Itinerante.

Após a conquista da escola/colégio começou a necessidade de se preocupar como seria essa escola, qual o modelo escolar esperava para as áreas de assentamentos. Sabendo que a escola se integraria agora a lógica do currículo do estado, uma vez que nesse momento a comunidade não possui influência como anteriormente, pois outras preocupações estavam movendo as famílias, como a necessidade de organização dos lotes. Assim, abriu-se um campo para que a Secretaria Municipal de Educação e Núcleo regional colocassem n debate outro projeto educativo. O desafio posto estava em como assegurar a proposta construída coletivamente nos seis anos de escola itinerante.

No processo de construção de uma nova escola é indispensável à construção do PPP, isto reúne novamente a direção do assentamento, educadores (as) da escola itinerante e a comunidade. Vários encontros foram feitos para a construção do PPP no ano de 2014/2015.

Segundo os registros e relatos dos entrevistados o PPP foi construído coletivamente entre os educadores, após a primeira versão finalizada o documento foi entregue para algumas pessoas da comunidade, para que fosse feita a leitura do documento, que seria daquele momento por diante a proposta educativa que organizaria o trabalho pedagógico da escola e do colégio na comunidade. Essa foi a forma de construção coletiva dos dois projetos pedagógicos da escola/colégio.

<sup>15</sup> A Pedagogia do movimento pode ser conceituada como, [...] Pedagogia do Movimento Sem Terra, cujo educador principal é o próprio movimento, não apenas quando trabalha no campo específico da educação, mas fundamentalmente quando sua dinâmica de luta e de organização intencionaliza um projeto de formação. Há um processo formativo que começa com o enraizamento dos sem-terra (condição de trabalhador da terra desprovido dela) em uma coletividade, que não nega seu passado e sinaliza seu futuro que poderão ajudar a construir [...]. (CALDART, 2012, p.549).

Observando a proposta de educação construída, percebe-se que ela buscou dialogar com a lógica de uma escola assentadas nos princípios da escola dos Sem Terra, para o filho dos camponeses. Com a mudança de mantenedora está assume a responsabilidade direta sobre os educadores/as, em sua maioria PSS, ou contratado temporariamente. A escola municipal passa a ser multisseriada sem um diretor (a) para assumi-la, apenas um coordenador pedagógico, que assume as tarefas da direção. O colégio estadual possui o gestor e um corpo docente para suprir as necessidades do trabalho pedagógico.

Essa forma de contratação propicia a rotatividade dos profissionais e como consequência a falta de compreensão do PPP e de tempo para implementá-lo. Isso tem feito com que o coletivo dos profissionais não assumam totalmente a proposta, há muitas negações trabalhar nessa perspectiva pedagógica.

Como grande parte dos educadores/as são de fora da comunidade o trabalho com a realidade exige disposição para o estudo e sensibilidade para ouvir os hábitos, costumes e as projeções para futuro, o que demanda um trabalho extra, que não são vistos com bons olhos pelos educadores.

O PPP do Colégio Estadual do Campo 1º de Setembro prevê outra visão de educação, para além da aula, do conteúdo, pois se vincula a valores de transformações humanas e sociais.

O horizonte desta proposta educacional do campo é um processo pedagógico que se assume como político, ou seja, que se vincula organicamente com os processos sociais que visam à transformação da atual sociedade e a construção, desde já, de uma nova ordem social, cujos pilares fundamentais sejam: a justiça social, a radicalidade democrática e os valores humanistas e socialistas. Por isso, assume as seguintes características: educação de classe; educação massiva; educação organicamente vinculada ao Movimento Social; educação aberta para o mundo; educação para a ação. (PPP, 2016, p.33).

A partir dos princípios descritos no PPP a escola está preocupada com a classe trabalhadora, respeitando cada educando nas suas limitações e potencialidades. O educador/a não é o dono do conhecimento e o educando passa a ser sujeito de sua aprendizagem, capaz de questioná-lo. A escola vem tentando com muitos esforços desconstruir a ideia de professor/a como único detentor do conhecimento e construir a visão do educador/a como parte fundamental no processo de ensinar e aprender a partir de relações mais solidárias e humanas.

A partir da transição para a escola municipal/estadual, os educadores que trabalhavam na escola e permanecem na comunidade apontam vários pontos de mudanças. Segundo eles em tempos de escola itinerante destacava-se o trabalho coletivo, hoje a escola se individualizou, como no caso dos planejamentos de ensino.

Sabendo de que antes era feitos planejamento nos ciclos, as reuniões eram frequentes com educadores, coordenação participando frequentemente das discussões, estudos semanais eram constituídos, assim fluía um processo de relação de trabalho coletivo conjunto entre educadores, mesmo possuindo limitações físicas no espaço, mas tudo era uma forma de progredir cada vez mais, reafirmando e alimentando uma educação de qualidade com trabalho cooperado. Hoje cada um faz seu planejamento, não há os momentos de estudos semanais e poucas são as trocas de experiências (MACIEL, 2017).

Outro ponto de destaque é a participação da comunidade, segundo apontamentos da mesma educadora (MACIEL, 2017), a comunidade sempre se envolvia em discussões, organizações do ambiente escolar, participando de festas para arrecadar fundos financeiros para compra na maioria das vezes de materiais pedagógicos, infraestrutura etc. Agora a participação caiu muito, parece que a escola passou a ser apenas responsabilidade dos professores.

Após 03 anos de assentamento as transformações são bens visíveis no que diz respeito ao coletivo, como afirma Prochonow (2017)

Por fazer parte da direção do acampamento estava a par das discussões de tudo que a escola iria fazer, hoje se perguntar não sei informar como esta o andamento da escola do assentamento, pois não sou mais chamado para contribuir em discussões da escola, sei que a escola no assentamento mesmo possuindo algumas falhas mesmo assim ela ainda é uma alicerce de luta da organização.(PROCHONOW, 2017).

Hoje as discussões sobre a educação estão limitadas às pessoas que trabalham na escola. Se analisarmos nesses dois anos houve um afastamento significativo da comunidade, hoje somente se faz presente quando é convocada para Conselho de Classe Participativo, que exige a presença dos pais, ou reuniões pontuais. De acordo com Pereira (2017), “hoje após a transição a participação da comunidade é de modo geral debilitada pela falta de interesse a escola e por se dedicar mais aos lotes e não ajudar nas discussões internas da escola”.

Pelo fato da rotatividade dos educadores, devido à contratação via PSS, isto não permite o entrosamento entre os educadores/as, cada qual desempenha sua

função. A escola municipal e colégio estadual sofreram várias mudanças, Maciel (2017), fala sobre o quadro atual da escola,

No início da escola era tudo feito a partir de discussões com a comunidade, o que noto hoje é a diferença depois da criação da escola, acabou aquele vínculo coletivo, parece que cada um é por si, não é mais como nosso tempo que um ajuda o outro quando encontrava alguma dificuldade, mas queria que voltasse a ser da mesma forma como era antes a participação da comunidade e da coletividade. (MACIEL, 2017).

Hoje o desafio posto está em garantir a proposta de escola construída coletivamente, formar educadores do assentamento para que possam assumir os postos de trabalho que são ofertados, para que volte a ter essa união e coletivo entre os educadores. A comunidade precisa ser resgatada e assumir sua função na escola, pois com as demandas da produção, da construção das casas e das infraestruturas no assentamento a escola foi deixada para os educadores/as que não conheciam a realidade dos recém assentados, Prochonow (2017), fala sobre isto,

Quando as famílias estão no acampamento estão mais ajuntadas, próximas e como uma vila para reunir basta estourar um foguete de alerta, com o assentamento podemos notar que todas as pessoas possuem seu cuidado, depende de organizar sua produção, cuidar de seus animais, seus porcos, vacas, a roça, assim o tempo fica pouco até para frequentar reuniões então esse afastamento pode ser dado por este fato, a distância e difícil, muitas não tem condução para vim para sede. (PROCHONOW, 2017).

Assim a luta ainda é imanente e não pode parar nunca, estar em constante movimento, deste modo mesmo passados dois anos as estruturas da escola/colégio ainda estão precárias, são as mesmas construídas em 2008, falta de políticas públicas para atender a necessidade dos educandos (as) bem como, seu corpo docente, o Estado cria suas instituições de ensino legalmente no papel, mas as estruturas físicas ficam por anos sendo as mesmas.

Com o processo de transição para o município/estado notamos conseqüentemente as mudanças, todavia perdas nesses processos que constituem mudanças são inevitáveis podendo assim destacar hoje a escola mesmo possuindo limitações, não podemos negar que sua legalização faz com que temos a mesma institucionalizada. Assim sendo de total e inteira responsabilidade do

município/estado manter devidamente seu funcionamento dando condições mínimas de funcionamento estrutural e pedagógica para a mesma.

Desse modo devemos elencar algumas perspectivas para que a escola/colégio tenha sua função social na comunidade na construção de um modelo educacional que aproxime os educandos e comunidade e não que tragam traços de individualismo, tendo em vista a construção de uma nova concepção de educação que atenda aos princípios organizativos do movimento sem-terra no processo de emancipação e criação de consciência coletiva, resgatando a cultura do camponês que vai sendo substituídas por influências do modelo econômico capitalista.

Assim em relação ao marco legal e pedagógico, vemos que mesmo assumindo a responsabilidade legal pela escola, garantindo seu efetivo funcionamento, algo que a comunidade considera importante, os órgãos responsáveis, sejam eles o estado ou município, não garantem as estruturas necessárias para o bom funcionamento da escola e do colégio, isto ficou claro na lotação dos professores e na não construção das estruturas da escola.

Com a mudança do quadro de funcionários da escola/colégio o PPP fica fragilizado, pois além de não o conhecerem profundamente, a pouca disposição, tempo e formação para isto.

Neste processo a comunidade também acaba se afastando do acompanhamento efetivo da escola/colégio, uma vez que o trabalho no lote acaba por demandar um tempo maior e a distância da escola também torna mais difícil o acompanhamento cotidiano, e como a escola acaba por não chamar à comunidade a participação diminui. Há também há por parte da comunidade, certa “confiança” que o estado/município faça sua parte, pois tem competência para isto.

Como já explicitado acima, existe a necessidade de buscar formas de reaproximação da comunidade, uma vez que ela é importante para garantir os princípios de educação do MST e assegurados no PPP da escola/colégio.

No próximo capítulo buscamos analisar como na transição são assegurados, ou não, os princípios considerados essenciais para garantia da construção da escola que interesse aos Sem Terra do novo assentamento.

#### **4 A CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA CONSTRUTORES DO FUTURO/COLÉGIO 1º DE SETEMBRO NA LUTA DOS TRABALHADORES DO CAMPO**

Este capítulo tem o intuito de discutir como a implantação da escola/colégio poderão contribuir na luta dos trabalhadores do campo a partir implementação ou não dos princípios construídos pelo MST. Neste sentido buscou-se analisar como a escola assumida pelos órgãos públicos (município e estado) garantem o PPP, construído a partir do debate com a comunidade, como efetivam os princípios dados como essenciais para formar construtores do futuro.

#### 4.1 FORMAR CONSTRUTORES DO FUTURO- PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS DO MST

No processo de formação dos sujeitos e do objetivo que se coloca o MST a partir de sua luta social, que é materializada na luta cotidiana dos acampamentos e assentamentos cada ser social e espaço organizativo tem uma função a desempenhar na construção do novo, seja ele ligado a produção, a educação, a saúde e demais espaços organizativos. Hoje passados 02 anos de institucionalização da escola/colégio é possível fazer uma análise de como vem sendo desenvolvida a questão educacional no assentamento, para isto partimos de pontos significantes presentes no documento “Como deve ser conduzida uma escola de assentamento”, MST (1992) expõe,

1. A Escola de assentamento deve preparar as crianças para o trabalho no meio rural;
2. A Escola deve capacitar para cooperação;
3. A direção da Escola deve ser coletiva e democrática;
4. A Escola deve refletir e qualificar experiências de trabalho produtivo com crianças no assentamento;
5. A escola deve ajudar no desenvolvimento cultural dos assentados;
6. O Ensino deve partir da prática e levar ao conhecimento científico da realidade;
7. O Coletivo da Escola deve se preocupar com o desenvolvimento pessoal de cada aluno;
8. O professor tem que ser militante;
9. A Escola deve ajudar a formar militantes e exercitar a mística popular;
10. A Escola também é lugar de viver e refletir uma nova ética. (MST, p.39, 1992).

Sendo assim uma escola de assentamento tem a funcionalidade de interagir intrinsecamente entre teoria e prática, inserindo todos nesse processo, os educandos, educadores e a comunidade, para que todos em conjunto possam contribuir a partir de propostas preposições construindo uma relação de formação coletiva de consciência.

Partimos do pressuposto de uma educação que possa contribuir para transformação social o MST (1996) afirma que

Este horizonte que define o caráter da educação do MST: um processo pedagógico que se assume como político, ou seja, que se vincula organicamente com os processos sociais que visam a transformação da sociedade atual, e a construção, desde já, de uma nova ordem social, cujo os pilares principais sejam, a justiça social, a radicalidade democrática, e os valores humanistas e socialista.(MST,1996,p.6).

A educação do MST segue essa lógica de propagação desses processos educacionais que persistem em ir além da sala de aula, em uma pedagogia que tenha abrangência em todos os sujeitos sejam eles em idade escolar, ou aqueles que vão se educando organicamente dentro da própria organização, das mobilizações, cantos, cultura, entre outros.

Trabalhando através dos currículos e metodologia que propicie e induzam a relação de teoria e prática trazendo para esse fato devemos estar sempre resgatando valores coletivos e socialistas.

Em MST (1996) vamos encontrar o seguinte esclarecimento,

A Educação no MST quer ajudar na construção do novo homem e da nova mulher. Para isso é fundamental uma formação que rompa com os valores dominantes na sociedade atual, centrada no lucro e no individualismo desenfreado. Precisamos nos contrapor a isso cultivando, intencionalmente, com nossos educandos/nossas educandas novos valores; pelo menos aqueles que já conseguimos vislumbrar como necessários a uma nova ordem social [...]. (MST, 1996, p.09).

A Educação no MST pretende a formação desse novo homem e mulher, um sujeito com novos valores, capazes de construir a sociedade socialista.

A Escola Municipal do Campo Construtores Futuro e Colégio Estadual do Campo 1º de Setembro têm em sua base teórica metodológica questões relevantes pensadas na formação desse novo homem e mulher, alicerçadas e asseguradas nos PPP, porém a análise coletiva tem apontado muitas dificuldades em garantir que essa proposta seja efetivamente desenvolvida em ambas a escola/colégio por diversos fatores já citados no desenvolver do texto, entre eles a rotatividade de educadores.

O Educador no processo desta formação deve desempenhar um papel fundamental no anseio de uma transformação social. Com o processo de transição a escola tem limites em construir essa relação, pois não consolidou um coletivo pedagógico e a formação não dá conta de garantir um educador que possa incidir de fato na realidade. Muitos não concordam com esse processo educativo e o vínculo com a realidade, e por outro lado há o afastamento da comunidade dos processos escolares.

Para garantir a formação do sujeito sem terra o MST construiu os princípios pedagógicos/metodológicos, que aparecem na escola nos seguintes desdobramentos:

- 1°) Relação entre teoria e prática.
- 2°) Combinação metodológica entre processos de ensino e capacitação.
- 3°) A realidade com base na produção de conhecimento.
- 4°) Conteúdos formativos socialmente úteis.
- 5°) Educação para o trabalho e pelo trabalho.
- 6°) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos.
- 7°) Vínculo orgânicos entre processos educativos e processos econômicos.
- 8°) Vínculo orgânico entre educação e cultura.
- 9°) Gestão democrática.
- 10°) Auto-organização dos/das estudantes.
- 11°) Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/das educadoras.
- 12°) Atitude e habilidade de pesquisa
- 13°) Combinação entre processos coletivos e individuais. (MST, 1996, p. 24).

Analisando estes itens podemos obter resultados expressos nesses 13 princípios de como se materializa na Escola Municipal do Campo Construtores do Futuro e Colégio Estadual do Campo 1° de Setembro.

1° Essa relação se faz presente de forma parcial, de fato que há educadores que veem a necessidade desta relação e em seu planejamento semestral garantem a teoria para se refletir na prática.

2° A combinação entre metodologia e conteúdo é elencado como uma fragilidade presente no planejamento, seja pelo fato de interação com a realidade local, seja por falta de materiais e estruturas necessárias para isto.

3° Na escola/colégio o planejamento e plano de aula demonstram um esforço em garantir conteúdos que articulam a realidade do educando, porém a falta a sistematização aprofundada do inventário da realidade, falta espaços de interlocução entre comunidade, educadores e demais coletivos escolares.

4° Mesmo em relação aos conteúdos a escola tem demonstrado dificuldade em assegurar o proposto no PPP. Como tempo escolar não permite que seja garantida a lista de conteúdos, é necessário que o educador faça uma seleção dos conteúdos que se vinculem aos conhecimentos que vem sendo produzidos pela humanidade e ao mesmo tempo articule elementos pedagógicos que contribuam para a transformação social, a fragilidade na seleção representa um dos limites na efetivação do projeto da escola.

5° Outro limite posto está na relação com o trabalho, pois a análises apontam que acaba ficando em exercícios formais. A palavra “trabalho”, no entendimento dos

educandos e educadores remete somente ao trabalho físico, para o MST ele deve ser princípio educativo, base formativa e constitutiva do ser humano, ele também é motor da luta de classe, portanto mais que refletir com educandos as formas de trabalho, é preciso elencar e vivenciar no sentido concreto, para que faça sentido para a produção humana, como do coletivo escolar tem sido outra e pelos limites já apontado o trabalho formativo acaba ficando apenas nos documentos, sem exercício concreto.

6° Na relação com a construção efetiva na participação e da democratização dos espaços da escola há uma linha tênue entre os processos educativos e políticos. Não avaliação do MST não há separação entre a política e a educação. Assim, os educandos deveriam entender essa relação entre o fazer humano e a política, a participação política deve estar presente na escola, através da tomada de decisões, da participação, deve ser espaço de constante diálogo. Com a transição para escola/colégio esta dimensão é relegada a um segundo plano, há um entendimento diferenciado por parte dos gestores do que seja política e da participação coletiva. Com o distanciamento da comunidade e com um novo coletivo escolar, é posto o desafio de como retomar o vínculo entre escola e assentamento, como fazer com que as reflexões passem pela escola e pela comunidade?

7° Em relação a necessidade do vínculos entre o local e o global, sejam em relação a economia, a política e luta da comunidade, as concepções expressas no PPP entendem a escola como um local com potencial para construção da análise e da construção de estratégias de ações frente a realidade. Com a transição este é um elemento que pouco aparece, sendo abordado apenas em algumas disciplinas (história/geografia/sociologia), porém sem um aprofundamento sobre o tema, nossa hipótese é que isto se coloca devido as questões já relatadas neste texto.

8° A relação entre educação e cultura na escola/colégio é propiciado em certa medida no resgate da cultura camponesa, quando ocorre contribui para que os educandos possam analisar e construir sua identidade cultural, negada ao longo da história. Esse princípio é um dos elementos fundamentais que não poderemos esquecer que constitui enquanto sujeitos humanos, na relação com o trabalho e com as lutas travadas no seio da sociedade.

9° Na escola/colégio a gestão democrática possui potencialidades e limitações, as potencialidades estão no coletivo, na tentativa das decisões serem as mais coletivas possíveis. As limitações estão na participação da comunidade, muitas

pessoas não comparecem nas reuniões para tomada de decisões, sejam elas da direção do assentamento ou comunidade, várias pessoas relatam que não participam porque não entendem as discussões que giram em torno do estabelecimento de ensino.

10° A auto-organização dos coletivos sejam funcionários, educadores, educandos e outros, nos dois estabelecimentos de ensino são uma questão em construção, que passa por outras decisões e também pela necessidade de estudo e formação cotidiana, ou seja, precisa ser pautada e revista, com metodologias para que esse princípio seja de fato colocado em funcionamento.

11° A criação desse coletivo pedagógico na Escola Itinerante era um fator relevante, a aproximação dos educadores entre os ciclos eram feitas em momentos de socializações de planejamentos e metodologias. Após a transição isto se perdeu pela forma de contratação dos educadores e outros fatores que impulsionaram o trabalho individual. O gestor tenta construir a reaproximação do coletivo, entretanto sem muito êxito, o que nota se quando a alguma proposta desse coletivo se aproximar são somente nas reuniões pedagógicas, quando isso ocorre contribuiu fortemente para que no mínimo esse coletivo se interaja pedagogicamente. Um destaque positivo é a parceria entre as escolas do MST, incluindo estas, com as instituições de ensino superior onde vários educadores se deslocam para contribuir nessas reuniões, elevando nossa proposta educacional, tem possibilitado momentos de estudos e aproximação do coletivo.

12° Dentre as falas dos educadores que permaneceram na escola, é forte o elemento da sistematização de alguns documentos, como o caso do inventário, que contribuíam para análise da realidade através das pesquisas junto a comunidade acampada. Com transição das escolas essa prática perdeu a centralidade. Na avaliação destes educadores esta prática precisa ser retomada para que a análise de elementos da nossa realidade possa fazer sentido com o coletivo escolar, para que seja possível avançar na construção da escola defendida no PPP.

13° A combinação de processos pedagógicos coletivos e individuais possibilita que cada sujeito compreenda sua função no coletivo e na transformação social, cabe neste sentido aos diferentes sujeitos envolvidos e preocupados com os processos educativos da escola municipal Construtores do Futuro e Colégio Estadual 1° de Setembro recuperar esse processo educacional, tanto na

participação efetiva e na construção do conhecimento coletivo entre, educando-educador, educando-educando e educando-comunidade.

Observamos neste processo de sistematização que procurou recuperar elementos da proposta educativa do MST e do coletivo da escola/colégio do assentamento Egídio Brunetto que a escola juntamente com a comunidade cria os princípios para assegurar a educação e o entrelaçando da formação de uma identidade própria do “Sem Terra”. Assim, a escola é parte importante da formação, se consideramos que o educando entra pequeno na escola e quando conclui já está na sua juventude, é necessário se preocupar de fato com o conteúdo trabalhado na escola, pois é um período importante de constituição da consciência, onde é possível se entender enquanto classe, enquanto sujeito capaz de construir os rumos da sociedade.

Neste sentido é válida e urgente a preocupação em retomar processos de acompanhamento pela comunidade, pelo setor de educação e pelos coletivos da escola presente na comunidade, uma vez que ela pode ser este espaço de articulação da própria comunidade e especialmente pelo seu potencial enquanto centro formador da consciência, de articulação da cultura e das lutas por uma nova sociedade.

Nos próximos itens buscaremos articular a relação entre a dimensão cultural e a luta tendo a escola como este elemento articulador, considerando a natureza das escolas do campo, como espaço de referência destas dimensões, não sendo o único e hegemônico, mas com um potencial enorme, pela sua capacidade de reunir os diferentes sujeitos para diferentes tarefas.

#### 4.2 A ESCOLA COMO ESPAÇO CULTURAL DO ASSENTAMENTO E AS PARTICIPAÇÕES NAS LUTAS

Como já trabalhado ao longo do texto a escola em espaços de Reforma Agrária se configuram para além do processo educativo formal. Na Escola Municipal do Campo Construtores do Futuro e Colégio Estadual do Campo 1º de Setembro há necessidade de garantia e retomada da participação frequente da comunidade, e fazer desse espaço de conquista coletiva um elemento de símbolo de luta e resistência da classe trabalhadora, um espaço de instigar, motivar e garantir o senso

crítico, seja através de uma leitura, de uma peça teatral, de cantos camponeses, de nossa mística refletindo a luta para todos e entoar o hino do MST, ou de outros espaços que contribuam para formação da consciência de classe. Novamente buscamos nas produções do MST (1992) que discute sobre a necessidade de cuidar da cultura dentro dos acampamentos e assentamentos,

[...] Promover o desenvolvimento cultural nos Assentamentos através da luta da construção de cultura camponesa. Isto quer dizer, rever as tradições, recuperar o saber sobre o propósito do trabalho, mas também incorporar no jeito de viver as lições de luta e os elementos de um conhecimento cada vez mais amplo na sociedade como um todo. (MST, p. 43, 1992).

Neste sentido interessa aos Sem Terra que a escola além de ser um espaço de adquirir o conhecimento tenha o papel fazer resgate de culturas que foram se perdendo no decorrer do processo histórico que o camponês foi se inserindo. Todavia é necessário não perder de vista que a cultura foi sofrendo influências do sistema econômico, sobretudo pela mídia. Assim, a escola pode significar um espaço para novas descobertas, da contradição e questionamento, ser um espaço proporcione a reflexão e ação, o fazer-se enquanto sujeito com possibilidades de criar, de reinventar e de socializar conhecimentos e desafios. Ainda conforme afirma MST (1996):

[...] E a cultura que permite a comunicação humana e, portanto, permite a própria educação. São expressões culturais: a linguagem, os costumes, as tradições, a arte, os rituais, a religiosidade, os comportamentos, as normas, os saberes, o jeito de relacionar com as outras pessoas no cotidiano, os valores étnicos. (MST, 1996, p.16).

A cultura está em movimento juntamente com Sem Terra, o conhecimento camponês é muita vezes desvalorizado na sociedade moderna, centrada na racionalidade e na cientificidade, assim os conhecimentos acumulados pela experiência e que contribuiu fortemente para o aprendizado sobre a natureza e a produção agrícola, como a interferência da lua nos ciclos produtivos, por exemplo, são relegados à segundo plano. Conforme Pereira (2012) afirma

Os sistemas diversificados foram substituídos por sistemas especializados em monoculturas, baseados no pacote tecnológico da Revolução Verde, em insumos industriais (adubos químicos, agrotóxicos, motores a combustão interna variedades de plantas e animais de laboratório considerados de alto potencial produtivo), no conhecimento técnico científico, nas grandes extensões de terra (latifúndio) e na irrigação. (PEREIRA, p. 688).

É necessário considerar que a negação do conhecimento dos camponeses, bem como a perda de sua soberania, está presente na estratégia da monopolização e a concentração da tecnologia por grandes empresas multinacionais, que cada vez mais diz aos camponeses o que para plantar e colher.

Deste modo “[...] O destaque aqui e para enfatizar especificamente o papel que cabe á educação no processo de construção/reconstrução da identidade cultural [...]”. (MST, 1996, p. 19). A educação tem seu papel fundamental na contribuição de não deixar a cultura ser exterminada pelo sistema, porém a função da educação e ir resgatando essa identidade, absorvendo esses conhecimentos culturais dos mais idosos e repassar às crianças e jovens e problematizá-los no sentido de superar a opressão e a repressão de classes, que se dão na construção dos sentidos, da construção do que é belo e do que validado pela comunidade.

De acordo com MST (1996, p. 19), as escolas e os cursos de formações são espaços apropriados para a produção de cultura, desde que alimentem valores como a união e coletividade, convívio comunitário, da arte, poesia, dentre tantas outras formas de expressões culturais.

Assim, a relação da escola e da cultura para formação da identidade camponesa pode ser acumular vínculos que despertem afetos, sentimento de coletividade, superando o individualismo e a competição propagandeada na sociedade moderna.

A escola pode desenvolver meios que propiciem a interação com a comunidade, através do trabalho coletivo, das festas, dos mutirões, nos documentos do MST (1997, p.183) vamos encontrar a seguinte proposição “A Escola deve promover eventos para a comunidade (e não para pais/mães do educando) e participar ativamente dos eventos da comunidade, por exemplo: dia do assentamento, dia do trabalho voluntário, dias de luta de classe trabalhadora”.

Portanto, seria importante se a Escola/Colégio inserida no Assentamento Egidio Brunetto pudesse incorporar no seu fazer pedagógico elementos que propiciasse a inserção da escola/colégio e a comunidade em relação a construção da identidade camponesa, do Sem Terra, sem perder o espírito de luta, das tradições, dos saberes populares. A escola pode ser esse ambiente de busca recuperar e incentivar a cultura dos trabalhadores.

São possibilidades de organização as noites culturais, teatros, resgatando elementos que forma que a comunidade, que seja um espaço cultural na

comunidade, onde todos possam participar e interagir, buscando o lazer local, tão carente nas comunidades camponesas, é também importante não deixar a história se perder no decorrer do tempo. No PPP do colégio tem-se o seguinte entendimento de cultura,

Por cultura entendemos tudo aquilo que as pessoas, os grupos e as sociedades produzem para representar ou expressar o seu jeito de viver, de entender e de enxergar o mundo. É a cultura que permite a comunicação humana, portanto, permite a própria educação. (PPP, 2016, p. 38).

Embora conste a definição de cultura, sabemos das dificuldades do trabalho com esta dimensão humana, como já explicitado neste texto há que se fazer um exercício para poder avançar na construção de uma escola que desenvolva as dimensões humanas da cultura e da omnilateralidade.

Assim como a cultura a dimensão da luta, faz parte dos aspectos formativos elencados pelo MST e pelo PPP da escola/colégio.

O momento histórico que estamos atravessando seja no âmbito do país, do estado e município, exige mobilizações e lutas, como a escola se apropria ou as desenvolve interessa aos trabalhadores Sem Terras.

Quando olhamos para a escola/colégio durante o período da pesquisa, conseguimos elencar uma série de lutas que estão inscritas para os próximos períodos. São lutas por estruturas físicas, devido as precárias condições que se encontram as do Colégio Estadual do Campo 1º de Setembro e Escola Municipal do Campo Construtores do Futuro, uma vez que as mesmas foram construídas pela comunidade no ano de 2008, assim as salas muito baixas, o calor se torna insuportável no verão. A mãe de um dos educandos ao considerar a estrutura diz, “[...] a situação está precária e não tem previsão em ser construída, os professores ainda estão dando aula para os alunos aproveitar o máximo da estrutura improvisada pelas famílias”.

Outras mobilizações são por estradas adequadas para transitar o transporte escolar, inclusive em dias de chuva, para que os educandos não percam semanas de aulas, pois isso reflete fundamentalmente em sua formação. A comunidade também necessita de políticas públicas para que o camponês consiga permanecer em seu pedaço de terra conquistado.

Entendendo que a escola pode contribuir na luta junto ao estado para desenvolver projetos e políticas públicas nos diversos setores do assentamento, seja na produção, na economia, na saúde, na cultura, mas também pode ela ter espaços para encontros da comunidade para festejos de datas comemorativas. Acreditamos assim, que também é papel da escola, por estar em um ambiente conquistado, possa através de estudos e questionamentos e reflexões faça restabelecer o espírito de luta, através dos educandos (as) bem capacitados, que dialoguem com as necessidades da comunidade. Neste período que vivemos, seria importante que a escola promovesse debates e a participação de toda a comunidade para avaliar e construir estratégias de luta diante do contexto atual. Caldart (2012) coloca como tarefa da pedagogia militante a formação das novas gerações nos diferentes espaços onde estejam,

[...] os sem-terra como sujeitos de sua pedagogia, ou seja, como uma coletividade que já sabe detentora de uma experiência de vida fortemente educativa, e que busque intencionalmente trabalhá-la na formação de novas gerações, seja nas escolas ou em outros tantos lugares em que a educação pode acontecer no movimento ou fora dele. (CALDART, 2012, p. 296).

No desenrolar da pesquisa a partir das experiências educativas seja na mobilização, seja na ocupação de terra, seja na escola/colégio aprendemos que estes são espaços onde a pedagogia do movimento tem como ser desenvolvida, não sem limitações, entretanto como aprendizagem deste processo, indicamos a necessidade de estudar, ampliar e propagar a ideologia dos “sem-terra”, a lutar sempre por melhores condições nos diferentes espaços ocupados, seja na escola, seja na comunidade.

Assim, concordamos com Caldart (2012), quando diz que o MST ocupa a escola não apenas garantindo que as decisões sobre ela passem por dentro de sua organicidade, mas gestando a possibilidade da construção do novo. O MST ocupa a escola para garantir que as discussões possam ser encaminhadas coletivamente, não sem dificuldades, não sem limites como apontados no presente trabalho, mas com muita disposição para luta e construção do novo, por isso o próprio ato de reivindicar escola quando a lógica é fechar escola já é um ato revolucionário.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base na pesquisa desenvolvida sobre a ocupação da antiga Fazenda Mestiça e a transição de EI para Escola Municipal do Campo Construtores do Futuro e Colégio Estadual do Campo 1º de Setembro, buscamos perceber a participação da comunidade neste processo sempre considerando ela a protagonista e não receptora de políticas públicas prontas e acabadas.

A conquista da terra foi um dos elementos centrais das conquistas destes trabalhadores que a partir de vários anos morando embaixo de lona preta constroem

a conquista da Escola Itinerante, sem sombra de dúvida, uma marca para o acampamento que sempre se preocupou com a formação e a escolarização para qualificar sua ação no enfrentamento ao latifúndio.

Dessa maneira como destacado na pesquisa, a comunidade contribuiu grandemente com a consolidação e constituição da estrutura física e pedagógica da EI, desde momentos das discussões até a conquista de recursos financeiros e coletivos para construção da mesma.

A luta pela terra seguiu e a Escola Itinerante se constituiu num espaço de luta e também de resistência dentro do acampamento contra ordens de despejo, a conquista da classe trabalhadora através da luta de persistência ocorreu com a divisão do latifúndio e a conquista da terra, a partir disto outras necessidades surgem dentre elas a escola/colégio.

Novamente a união e luta da comunidade faz com que o estado e município cumpram seu papel em conceder o ensino onde há demanda de estudantes. Vale ressaltar que este processo se dá junto a modernização do campo, que tem causado muitas desigualdades sociais, agravando a questão agrária no país, seja através de políticas econômicas, educacionais, de gênero e religiosa, alterando a cultura do camponês.

Passados dois anos de efetivação legal da escola/colégio, nota-se limites na relação com a comunidade, seja por diversos fatores que implicaram nessa condição e distanciamento, como o deslocamento definitivo das famílias para suas parcelas de terra, as tarefas cotidianas, marcadas pelas preocupações individuais é um destes fatores.

Hoje está posto como desafio para a escola/colégio a articulação e o resgate da comunidade, forjando elementos essenciais para o trabalho coletivo. Outra questão relevante que trabalhado ao longo do texto é a forma de contratação dos educadores PSS, que não permite manter um vínculo próximo com os educandos e comunidade, para compreender sua realidade e utilizá-los em sala de aula.

Como aprendizagem da pesquisa destacou-se que a Escola/Colégio deve ser um espaço para “todos e de todos” que contribua com resgate cultural do camponês que demande essas relações com um aporte para nossas futuras gerações.

E também, que a comunidade possui um papel fundamental de discussões na escola para assegurar a proposta de ensino construída coletivamente e vinculada a classe trabalhadora.

O desafio colocado após a conquista da terra e da escola/colégio é o resgate e participação da comunidade, visando deste modo que seja uma participação espontânea, e não uma participação quando a mesma é convocada, pois os educandos que estão envolvidos no processo são as futuras gerações que seguirão a ideologia do MST em busca da construção de uma sociedade justa e igualitária a todos.

## REFERÊNCIAS

AMBONI, Vanderlei. **A Escola No Acampamento do MST: Institucionalização e Gestão Estatal da Escola Itinerante Carlos Marighella**.2014. 286 f. Tese (Doutorado)- Universidade Federal de São Carlos, Curso de Pós- Graduação em Educação, São Carlos- SP, 2014.

ANDREETTA; Ritamar ; HAMMEL, Ana Cristina; SILLVA, Nilton José Costa; (Org). **Escola em Movimento, a conquista dos assentamentos, Colégio Estadual Iraci Salete Strozak**. 1° Ed. Rio Bonito do Iguaçu-Paraná, Progressiva 2007.

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNADES, Bernardo Mançano. **A Educação Básica e o Movimento Social no Campo**. Brasília DF: [ S.l.: s.n.].[ 2011?].

BAIM, J. **A relação Escola-Comunidade no contexto da Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira**. 2016. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de pós Graduação/especialização em Educação do Campo). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Artigo 184. 35 ed. Centro de Documentação e Informação, Edições Câmara, Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Artigo 205. Pg. 121.35 ed. Centro de Documentação e Informação, Edições Câmara, Brasília, DF, 2012.

CALDART, R. S. *Por Uma Educação do Campo: Traços de uma identidade em construção*. IN: KOLLING, Edgar J.; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli S. **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. Brasília/DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", n. 04, 2002, p. 25-36.

CALDART, Roseli Salete, **Pedagogia do Movimento Sem-Terra**. 4. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete. A Escola do Campo em Movimento Currículo sem fronteira, v 3, n1, pg. 60-81, jan/jun 2003. Disponível em: > Google acadêmico<. Acesso em 15/05/2016.

CARVALHO, Pompéia da Luz. **Pompeia da Luz Carvalho**: Entrevista [Jun. 2017]. Entrevistador: Leandro Bissoloti Barbosa. Rio Branco do Ivaí, 2017. MP3. Entrevista concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

CICLOS DE FORMAÇÃO HUMANA (CFH). Colégio Estadual Iraci Salete Strozak e Escolas Itinerantes. **Folder**. Rio Bonito do Iguaçu PR: [s.n], [2013?].

DELGADO, Nelson Giordano. Commodities Agrícolas. In: CALDART, R, PEREIRA, I.B, ALETEJANO, P. G.(ORGS). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. P. 135-143.

**DICIONARIO DO PENSAMENTO SOCIAL DO SÉCULO XX/** editado por William Outhwaite, Tom Bottomore; com a consultoria de Ernest Gellner, Robert Nisbet, Alain Touraine; editora da versão brasileira, Wanderley Guilherme dos Santos; tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral.- Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 1996.

Escola Itinerante Construtores do Futuro. Rio Branco do Ivaí PR. **Ata nº 01 da reunião realizada no dia 23 de julho de 2014**.

FERNANDES, Bernado Mançano. Acampamento. In: CALDART, R, PEREIRA, I.B, ALETEJANO, P. G.(ORGS). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. P. 23-27.

FERNANDES, Bernado Mançano. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). In: CALDART, R, PEREIRA, I.B, ALETEJANO, P. G.(ORGS). **Dicionário de**

**Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. P. 498-502.

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento. In: CALDART, R, PEREIRA, I.B, ALETEJANO, P. G.(ORGS). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. P. 548-555.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação Omnilateral. In: CALDART, R, PEREIRA, I.B, ALETEJANO, P.G. (ORGS). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. P.265-272.

GEHRKE, Marcos; GREIN, Maria Izabel. Escola Itinerante no desafio da luta pela Reforma Agrária. In: **Cadernos da Escola Itinerante-MST, Ano I- N°2-Outubro de 2008, Itinerante: a Escola dos Sem Terra-Trajectoria e Significados**, Paraná, 2008. p. 87-96.

LIMA, José André de. **José André de Lima**: Entrevista [abr. 2017]. Entrevistador: Leandro Bissoloti Barbosa. Rio Branco do Ivaí, 2017. MP3. Entrevista concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

MACIEL, Dalvina. **Dalvina Maciel**: Entrevista [abr. 2017]. Entrevistador: Leandro Bissoloti Barbosa. Rio Branco do Ivaí, 2017. MP3. Entrevista concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Centro de documentação e Pesquisa Vergueiro, 1998.

MST, VI Congresso Nacional do MST. **Programa Agrário do MST**. 3 ed. São Paulo, 2013.

MST. Como Deve Ser uma Escola de Assentamento. **Caderno de Educação** n. 01, de 1992. In Dossiê do MST Escola: documentos e estudos 1990-2001. 1° Impressão, 2005.

MST. Como Fazemos a Educação de Ensino Fundamental. **Caderno de Educação** n. 09, de 1999. In Dossiê do MST Escola: documentos e estudos 1990-2001. 1° Impressão, 2005.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Princípios da Educação no MST**. Caderno de Educação n° 8. MST: RS, 1996.

MST. **Pedagogia da Cooperação**. 1997. In Dossiê do MST Escola: documentos e estudos 1990-2001. 1° Impressão, 2005.

PEREIRA, Adriana Nascimento. **Adriana Nascimento Pereira**: Entrevista [out. 2017]. Entrevistador: Leandro Bissoloti Barbosa. Rio Branco do Ivaí, 2017. MP3. Entrevista concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

PEREIRA, Monica Cox de Brito. In: CALDART, R., PEREIRA, I.B., ALETEJANO, P, FRIGOTTO, G. (ORGS). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Pg. 687-691.

**PPP-Projeto Político-Pedagógico.** Colégio Estadual do Campo 1° de Setembro, Rio Branco do Ivaí, 2016.

**PPP-Projeto Político-Pedagógico.** Colégio Estadual Iraci Salete Strozak, Rio Bonito do Iguaçu, 2013.

PROCHONOW, Ireno. **Ireno Prochonow:** Entrevista [abr. 2017]. Entrevistador: Leandro Bissoloti Barbosa. Rio Branco do Ivaí, 2017. MP3. Entrevista concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

#### **APÊNDICE A- ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA AS ENTREVISTAS**

1-Quais os motivos que levaram a ocupação da então Fazenda Mestiça? O que você sabe sobre a área?

2-Quando iniciou o acampamento 1° de setembro? Quantas famílias? Como se organizaram as primeiras famílias? Quais os principais debates?

3-Foram utilizados trabalho de base para massificar o acampamento. De onde as famílias eram oriundas?

4 – Como foi ocupação da área, quantas famílias estavam presentes?

5-Houve reintegração de Posse? Quais foram os procedimentos tomados?

6- Como foi a discussão para as crianças estudarem no Distrito de Porto Espanhol.

Que motivos levaram a essa discussão?

7-Quais foram as causas/motivos dos educandos não quererem mais estudar mais no Distrito de Porto Espanhol?

8-De quem partiu a discussão para construção da Escola Itinerante Construtores do Futuro?

- 9-Como foi escolhido o nome da Escola Itinerante, tem a ver com algum princípio educativo do MST?
- 10-Como foi processo de construção da Estrutura física da Escola, de onde foram adquiridos recursos para essa construção?
- 11-Como foi o processo de construção das salas de aula? Como a comunidade participou? Como os educadores participaram?
- 12-Como foi feita a escolha dos educadores? De quais localidades que vieram para contribuir?
- 13-Qual o papel da escola e sua contribuição para conquista da Terra e Reforma Agrária?
- 14-Como a direção e coordenação do assentamento estiveram presentes nas discussões do ambiente escolar?
- 15-Como foi o processo de conquista do assentamento e da escola?
- 16-Como foi a semana de seminário para discutir qual modelo de assentamento/escola queremos?
- 17-Quais mobilizações que foram feitas para a conquista do assentamento? E da Escola?
- 18-Como foi o processo de transição da Escola Itinerante para Escola Municipal e Colégio Estadual? O que mudou? Como vocês avaliam essas mudanças?
- 19-Como foi escolhida a nomenclatura das Escolas?

## **APÊNDICE B - ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA AS ENTREVISTAS**

- 1-Como você analisa o processo de transição de Escola Itinerante para Escola Municipal e Colégio Estadual?
- 2- A Escola/Colégio assegura os princípios do MST, como era assegurado na Escola Itinerante.
- 3- Como você avalia participação hoje da comunidade na escola, há participação frequente da comunidade?
- 4- A escola/colégio abre espaço para participação da comunidade?
- 5- Como se dá a relação dos professores com a comunidade?
- 7-Em relação as estruturas físicas da Escola será que atende as necessidades básicas dos educandos(salas de aula, banheiros, espaço para leitura)?